



PENSA+

IV Conferência Nacional

de Jovens do Bloco de Esquerda

CADERNO II
CONTRIBUTOS E REFLEXÕES



Bloco
de Esquerda

Versões finais das moções

moção A

Começar de novo: os jovens na luta socialista

1. MEMÓRIA PARA O FUTURO

1.1 Os jovens do Bloco participaram nos últimos dois anos em importantes combates e aprendizagens. A diversidade dos temas políticos nos quais interviemos, enquanto activistas sociais e militantes do Bloco, representa a nossa riqueza e é uma escolha. Porque rejeitamos uma perspectiva fechada e sectária sobre a esquerda e o activismo, envolvemo-nos em muitas lutas com muita outra gente para além de nós. É assim que tem de ser. Vale a pena mencionar alguns exemplos recentes que projectam a nossa actividade futura.

- :: Fomos uma parte essencial do campo do SIM no referendo à despenalização do aborto, assumindo uma postura radicalmente unitária que permitiu obter a mais significativa vitória da luta social da esquerda nas últimas décadas. As lições sobre política unitária perdurarão para próximos combates.
- :: Temos estado empenhados na organização concreta dos trabalhadores e das trabalhadoras precári@s. A criação de uma identidade de luta exige bem mais que a proclamação tão heróica quanto retórica da necessidade de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras. A experiência que temos desenvolvido em conjunto com diferentes colectivos ou redes (Precários Inflexíveis, FERVE, MayDay, Intermitentes do Espectáculo, Bolseiros) tem sido uma aprendizagem muito significativa, tem criado sementes muito importantes e aponta caminhos e debilidades a partir das quais se desenvolverá esta área de intervenção, que tem criado – felizmente – o seu espaço próprio, que é um espaço para a acção de todo o Bloco.
- :: Fomos parte integrante das lutas do secundário, de forma muito desigual pelo país, contribuindo para a mobilização estudantil contra as aulas de substituição, pela implementação da educação sexual, pelo acesso universal ao ensino superior. Nas escolas onde existiam activistas do Bloco organizados, denunciaram-se situações (por exemplo de repressão homofóbica), criaram-se espaços de debate, cultura e protesto.
- :: A nossa participação nas lutas pela liberdade sexual e contra as discriminações, no âmbito do movimento LGBT, foram importantes. A questão da homofobia no quotidiano, da violência sobre a comunidade LGBT ou a emergência com maior visibilidade da questão trans são algumas das dimensões que determinaram a intervenção nos últimos dois anos. Muitos de nós damos a nossa disponibilidade e empenho nos colectivos LGBT e fomos um componente fundamental para a realização das Marchas LGBT no Porto e em Lisboa. Este espaço de intervenção deve afirmar-se e ganhar espaço dentro do Bloco como parte integrante da luta política e socialista, porque diz respeito ao trabalho social e político do Bloco no seu todo.
- :: A luta anti-proibicionista ganhou um novo impulso com a realização das Marchas Globais da Marijuana em Lisboa e no Porto. A rejeição do preconceito e da diabolização e a recusa da repressão dos consumidores, do fomento da ilegalidade incontrolada e do paternalismo social que torna as pessoas irresponsáveis pelos seus consumos são questões importantes que este movimento, do qual fazemos parte, coloca.
- :: O movimento dos imigrantes, as lutas anti-racistas e pelo direito à habitação têm dinamizado importantes mobilizações. Estivemos, em particular, na luta pela habitação para tod@s (nomeadamente através da Plataforma Artigo 65), que promoveu manifestações e acções com grande mobilização, rejeitando a discriminação racista e as políticas mercantis que penalizam @s mais pobres e @s jovens.

- :: Participamos e animamos a Marcha pelo Emprego, onde ganhou impulso a mobilização contra a precariedade e a manifestação da solidariedade contra o desemprego. O programa político então produzido aponta um caminho claro para a esquerda socialista e é muito relevante também para os jovens, pelas propostas políticas alternativas que devemos publicitar e que devem ser instrumentos na luta contra o desemprego e a precariedade.
- :: Desenvolvemos muitas outras lutas sectoriais e locais, abrindo-nos ao contágio com os movimentos e sempre numa perspectiva de fomento da sua autonomia e agendas, defendendo o seu carácter amplo e inclusivo e evitando qualquer tentativa hegemónica.
- :: A experiência mais importante que tivemos, em termos da criação de espaços especificamente juvenis de intervenção, foi a organização, com outras pessoas, de colectivos de estudantes nas faculdades. Em Lisboa, no Porto, em Coimbra e em Braga desenvolvemos experiências diferentes mas que abrem pistas sobre o que queremos fazer. A diversidade das lutas em que nos envolvemos deve ser concentrada sobre o espaço social privilegiado de intervenção d@s jovens. Só assim poderemos abrir, crescer, organizarmo-nos e contribuir para um Bloco mais forte e mais interventivo.

1.2 O relatório de actividades da Coordenadora Nacional de jovens cessante é uma demonstração da reduzida actividade política que foi impulsionada por este órgão. Se houve apesar de tudo muitas iniciativas que os jovens do Bloco dinamizaram e nas quais participaram, isso aconteceu muitas vezes graças às dinâmicas locais e apesar da acção da própria Coordenadora. Isso exige de nós um novo impulso, a coragem de identificar as raízes de tal problema e de propor novas soluções organizativas.

Os jovens do Bloco não podem ser um espaço que nos fecha e evita o contacto com os outros. Precisamos de crescer e de nos repensar. Manter tudo como está, numa atitude conformista e conservadora, seria reproduzir o problema e fazer do futuro a repetição do passado.

2. UMA ESQUERDA PARA MUDAR A VIDA

2.1. No Bloco, defendemos que a luta socialista é o combate a todas as formas de opressão. Recusamos uma ideia simplista e atrasada, segundo a qual todas as lutas devem subordinar-se a uma hierarquia de umas em relação a outras. Todas as lutas valem pela libertação que constroem, e as lutas enraízam e alargam as respostas que querem vencer as grandes contradições da sociedade capitalista, que são a exploração e todos os sistemas de dominação que procuram perpetuar a desigualdade de classe. Por isso, afirmamos o nosso projecto de emancipação: todos juntos nas lutas todas, contra a exploração capitalista, a opressão patriarcal, o heterossexismo, o racismo, a diferenciação desigual que inferioriza qualquer grupo, a destruição de quaisquer direitos sociais.

A consciência sobre a centralidade do trabalho e sobre a importância determinante do capitalismo e da propriedade na estruturação das relações sociais e da dominação política exige respostas radicais e integradas com uma política assumidamente anti-capitalista. Para ser consequente, a necessidade de uma alternativa socialista não pode ser mera retórica auto-satisfatória: ela toma corpo em todas as lutas concretas contra a exploração e a opressão, ela assume o desafio e a dificuldade de construção programática nas mais diversas áreas (da educação à saúde, da fiscalidade ao emprego e à vida quotidiana) e a tarefa da construção de maiorias sociais que mudem a vida das pessoas.

A visão conservadora da política confina-a ao Estado e às instituições. Nós rejeitamos essa concepção porque sabemos que os processos de transformação social só se fazem mudando as relações sociais. A luta política que

queremos empreender exige activismo, organização de milhares de pessoas, confronto político directo contra os poderes opressivos em todos os lugares onde estamos e onde estabelecemos relação com outras pessoas. A expressão que essas lutas podem ter nas instituições (nomeadamente no Parlamento ou nas autarquias) serve para amplificar a resistência e as alternativas propostas e desenvolver o conflito político.

Rejeitamos a perspectiva da política tradicional – que os media dominantes e o centrão alimentam – que a reduz às pequenas ou grandes intrigas que fazem o jogo político-partidário. Uma política transformadora tem de abrir o campo político a novas formas de intervenção, a novas causas e a novos protagonistas. Além de articular a presença institucional com a criação de movimento na sociedade, e de entender a acção política como construção de consciência crítica e acumulação de forças nos sítios concretos em que intervimos, é preciso expandir a concepção do político: ele é simultaneamente público e privado, colectivo e individual, grandes escolhas civilizacionais e modos de vida concretos. Todas as lutas são políticas se enfrentam as estruturas do poder.

Além disso, a política é informação e relação. Os jovens do Bloco devem diversificar as formas de intervenção e inventar meios criativos de comunicar, de construir rede social, difundir uma cultura política, atentando às particularidades dos espaços sociais onde intervêm e às especificidades dos locais e dos grupos a que se querem dirigir.

2.2. O Bloco surge, neste contexto, como o pólo de uma alternativa ao neoliberalismo. Superando a tradição fechada e de pequenos grupos sem nenhuma influência social que dominou a história recente da esquerda alternativa, ou a tradição sectária do partido que organiza o seu sindicato e os seus movimentos, nós temos de ser portadores de uma nova cultura política para o nosso tempo. Só uma postura inclusiva, que trace as fronteiras em torno dos grandes combates civilizacionais de hoje pode fazer crescer a esquerda, em organização e influência. Toda a tendência de purificação para o regresso ao passado é derrotista, porque recusa a dimensão dos desafios que se colocam à esquerda socialista neste início do século.

O Bloco tem-se estruturado como o dinamizador de grandes campanhas de enfrentamento do Governo, em torno das quais se constrói uma alternativa política e social ao neoliberalismo. A defesa dos direitos dos de baixo, a promoção da democracia com os serviços públicos, o combate ao conservadorismo e às discriminações, o ecologismo anti-capitalista e a rejeição clara da guerra e do imperialismo são as grandes linhas que demarcam hoje o nosso espaço político.

A definição de prioridades aprovada na última convenção constitui um desafio e coloca ao Bloco uma grande responsabilidade. As campanhas e os movimentos criados ou a criar em torno do serviço nacional de saúde, das alterações climáticas, da defesa do ensino público, pelo emprego e contra a precariedade, ou por uma proposta alternativa para a segurança social deverão permitir socavar a base de apoio do Governo e reforçar a oposição à esquerda.

É esse o Bloco que queremos e do qual fazemos parte: uma esquerda virada para o confronto político para fora em torno de políticas concretas que afrontem o situacionismo e a lógica da civilização capitalista.

2.3. Os jovens do Bloco vivem numa contradição. Recusamos a formação de uma jota porque rejeitamos o acantonamento dos jovens num gueto e a sua subalternização paternalista no conjunto do partido. Mas temos reproduzido o fechamento sectorial a partir de um critério etário e não temos crescido para além das sedes.

A não definição de um espaço próprio de intervenção tem conduzido a duas fragilidades simultâneas: nem se

prioriza a construção de activismo no espaço socialmente organizado onde está um grande número de jovens – e em particular dos jovens do Bloco – nem se avança para a construção de uma organização juvenil autónoma, porque não se quer reproduzir os vícios aparelhistas das jotas.

A resposta a esta dificuldade tem de ser dupla, portanto.

É preciso que o Bloco crie, no seu seio, espaços de organização e activismo que incorporem a militância dos jovens e dinamizem áreas sectoriais tão fundamentais como a luta contra a precariedade, o ambiente ou a luta LGBT, por exemplo (a coordenadora de ambiente avançou nesse domínio, e experiências unitárias como o May Day também nos dão algumas pistas). Essa responsabilidade cabe-nos a todos enquanto militantes do Bloco, mas não deve ser competência da Coordenadora de jovens. Esses espaços devem incluir muita gente e não são definidos pela barreira etária, porque não são exclusivos dos jovens.

Por outro lado, os jovens devem priorizar a intervenção nas escolas, para sair das sedes e construir colectivos aí onde os jovens estão. Esta Conferência marca um novo começo: um trabalho com prioridade clara, em que o sucesso tem de ser medido pela organização de colectivos e núcleos que sejam capazes de desenvolver batalhas políticas nas escolas e pela sua capacidade de mobilização de muitos estudantes.

A agenda de intervenção nas escolas não tem de ser apenas uma agenda estudantil. Ela incorpora todos os temas da política do Bloco, sem restrições, e define aqueles que, em cada momento, são prioritários para os jovens. Queremos levar a política a todos esses jovens, para debater, para mobilizar e para organizar. A função da Coordenadora deve ser articular esse activismo nas escolas.

Para crescerem, os jovens Bloco precisam de se abrir, de se organizar mais na base e de estar mais em contacto com as lutas, acolhendo a diversidade e dispondo-se ao contágio. Para sermos mais transformadores – logo, mais revolucionários – não precisamos de nos fechar na purificação ideológica, mas sim de ter mais acção política concreta com ideias muito claras. Definir um espaço de intervenção é o primeiro passo para essa tarefa.

3. EIXOS DE INTERVENÇÃO PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS

3.1 O movimento estudantil desde sempre assumiu uma postura crítica em relação à sociedade e à cultura vigente. Apresentou-se muitas vezes como uma contra-cultura, lutando por uma transformação social baseada em ideais como democracia, liberdade, igualdade, emancipação social e socialismo. Foi também com essa força movimento que se derrotou o fascismo e se conquistaram direitos como o direito a um ensino universal, público e gratuito.

Desde a implementação das propinas, que gerou fortíssimos protestos dos estudantes, que os direitos conquistados têm vindo a ser sucessivamente retirados. A educação não tem sido assumida como prioridade por parte dos governos que, para alcançar a privatização do ensino, apostaram na descredibilização do sistema de ensino público.

A privatização do ensino superior tem vindo a ser feita dissimuladamente e de forma continuada. Com a aplicação do processo de Bolonha estabeleceu-se um mercado de ensino europeu, o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior submete as escolas a uma lógica empresarialista, o desinvestimento na Acção Social Escolar é cada vez maior e os estudantes são forçados a contrair empréstimos para pagar os seus estudos, comprometendo os primeiros anos da sua vida de trabalho. O ensino é cada vez mais elitista, menos qualificado e exclusivamente

orientado para os interesses empresariais. Apesar disso, o movimento estudantil encontra-se em refluxo, enfraquecendo a cada derrota que passa. O movimento associativo tem sido incapaz de representar os interesses dos estudantes e de os unir na defesa do ensino público, pactuando muitas vezes com os governos na aplicação destas medidas.

A luta pelo ensino público e igualitário deve passar pela defesa intransigente da democracia na escolas e pelo carácter público e universal das instituições, rejeitando as lógicas gerencialistas e empresariais que se consubstanciam no RJES. A estratégia contra o mercado europeu de aprendizagens que Bolonha tem servido para criar deve passar não pela propaganda defensiva em torno de “Bolonha não, Portugal fora de Bolonha”, que pode remeter a esquerda para a defesa conservadora do modelo de ensino que existe, mas por uma abordagem ofensiva que reivindique a mobilidade, a inovação pedagógica, a dimensão europeia, a maior autonomia dos estudantes para definir as suas trajectórias, articulando-a com as condições sem as quais essa retórica que Bolonha utiliza significa apenas mais desigualdade e desresponsabilização pública do Estado e das instituições. Maior mobilidade exige mais programas de bolsas para estudar noutros países, a inovação pedagógica e a lógica tutorial exige mais docentes com maior disponibilidade (e não o despedimento e emagrecimento das instituições a que temos assistido), a crescente autonomia dos estudantes implica maior investimento em condições de pesquisa, estudo e acompanhamento (bibliotecas, computadores, recursos diversos). É porque defendemos a inovação pedagógica, a autonomia e a mobilidade que nos comprometemos com o reforço da responsabilidade pública na educação e que rejeitamos a desorçamentação do Ensino Superior público que o Governo promove.

Também no ensino secundário, os direitos e interesses dos estudantes continuam a ser desvalorizados. O espaço físico da escola é muitas vezes um entrave à aprendizagem, há falta de infra-estruturas ou as que existem são desadequadas e encontram-se degradadas. Os exames nacionais sobrepõem-se à avaliação contínua, colocando em pé de igualdade os diferentes modos de ensinar e aprender. O numerus clausus mais uma vez este ano fez-se reflectir na subida das médias para a entrada no ensino superior, excluindo muitos estudantes do ensino público a que deveriam ter direito, forçando muit@s estudantes a recorrer ao ensino particular e cooperativo. As aulas de substituição excluem a liberdade e autonomia que os jovens deveriam ter para decidirem o que fazer nos seus tempos livres. As aulas de substituição não são garantidas a partir da exigência da continuidade pedagógica mas sim a partir da mera preocupação com a ocupação dos alunos. A democracia na e da escola é inexistente, os estudantes continuam a não ter uma palavra a dizer nas decisões tomadas. O estatuto disciplinar do aluno reforça uma visão exclusivamente disciplinar sobre a relação da escola com os fenómenos da desmotivação e do abandono dos estudantes. Os rankings, que exprimem uma visão muito redutora sobre a avaliação das escolas, reforçam os estereótipos e as desigualdades e têm servido para fazer a apologia do ensino privado (que escolhe os alunos e reforça a exclusão desigualitária) e remeter a responsabilidade pública para o campo de um ensino supletivo para os que têm menos recursos e oportunidades e por isso mesmo deve ser desconstruído e rejeitado enquanto critério de discriminação das escolas e dos projectos educativos. Por outro lado, é urgente a implementação concreta da Educação Sexual nas escolas, sendo por isso necessário criar um amplo movimento de reivindicação em torno desta questão.

Há, portanto, espaço para que novas formas de activismo e intervenção cresçam. É preciso quebrar o conformismo que prevalece, levar as discussões políticas para dentro das escolas, despertar a vontade de mudar. Estudantes mais críticos e conscientes potenciam lutas sociais mais fortes.

3.2 O trabalho dos jovens deve assumir a intervenção dos activistas do bloco nos espaços de jovens, onde estes estão mais disponíveis para o debate político e para o activismo. Esses espaços são as Escolas e Faculdades.

O Bloco precisa de fazer um trabalho de mobilização e politização dos jovens e portanto de organizar esse trabalho com profundidade e continuidade. Não nos podemos contentar com propaganda sem acção, é preciso mobilizar para a luta e para isso organizar os jovens com a definição de uma prioridade clara. Para responder a essa prioridade, o trabalho do sector dos jovens do Bloco é desenvolvido nas escolas e nas faculdades para criar uma grande corrente política entre as estudantes e os estudantes. É por esse trabalho que temos que medir o avanço da nossa influência.

Até agora, a nossa intervenção, pouco consistente, descontínua e dispersa nos espaços onde nós e os outros jovens se concentram, fez com que não conseguíssemos criar movimento, nem traduzir a simpatia e a identificação dos jovens no alargamento da rede de activismo dos jovens do Bloco. Além disso, enquanto não trabalharmos dentro das escolas não conseguiremos definir políticas que respondam às necessidades dos estudantes.

Enquanto críticos do actual movimento estudantil e associativo, e sobretudo pela importância que lhe damos, devemos priorizar a solidificação de alternativas. Estas têm vindo recentemente a ser criadas no Ensino Superior e, apesar de ainda incipientes, têm-se mostrado muito promissoras.

A aposta na intervenção no Ensino Secundário permite-nos chegar a estudantes mais jovens, incentivando o espírito de activismo cada vez mais cedo. O trabalho no Ensino Secundário possibilita ainda a nossa implantação fora das grandes cidades, estimulando o trabalho juvenil a nível local.

Devemos levar às escolas as ideias por que o Bloco se bate, procurando alargar a nossa rede de activistas. A criação, integração ou o desenvolvimento de núcleos dinamizados por estudantes onde os activistas do Bloco se inserem vão nesse sentido. Os Jovens devem constituir-se como um instrumento do Bloco para a intervenção nas escolas que divulgue toda a agenda política do Bloco entre os estudantes. Por isso, a intervenção nas escolas multiplicará a acção internacionalista (da luta contra a guerra à solidariedade com a causa palestiniana, Oaxaca, Sahara Ocidental ou outras), a luta por uma outra Europa, a promoção do acesso ao consumo e à criação cultural (a contra-cultura, circuitos de difusão não comerciais, a democratização da esfera da produção), os direitos dos jovens no que diz respeito à habitação e à mobilidade, a causa anti-proibicionista, os temas do desemprego e da precariedade, a luta contra todas as opressões, o debate ideológico, a confrontação com o liberalismo, a agenda ambientalista e feminista. Nas escolas onde o Bloco intervém, queremos que haja um confronto politizador permanente sobre as grandes questões sociais da actualidade.

Esses núcleos deverão promover a discussão e a criação de massa crítica entre os estudantes incentivando a intervenção na escola e na sociedade. Assim, deverão estar atentos quer às dinâmicas da sua escola quer aos temas da actualidade, promovendo iniciativas que envolvam os estudantes e os mobilizem para a acção.

Não devemos procurar um modelo único de organização nas escolas, cada grupo de activistas deve encontrar a melhor forma de se aproximar dos estudantes. Isto permite e garante uma heterogeneidade e diversidade dos núcleos, tanto nas suas perspectivas como formas de organização e acção. A aproximação e a criação de movimento só se conseguem dialogando e trabalhando com todos os que se queiram juntar, sem preconceitos nem sectarismos, criando ou reforçando assim uma perspectiva de trabalho unitário. Devemos ainda, onde isso seja possível, participar, integrar e influenciar os órgãos representativos dos estudantes e o movimento associativo.

Onde o trabalho contínuo não seja ainda possível, devemos promover iniciativas do Bloco nas escolas: debates, filmes, distribuições de material, campanhas, conferências sobre diversos temas da actualidade.

A formação e discussão políticas plurais e aprofundadas sobre vários assuntos devem acontecer frequente e abertamente. Os jovens valorizam e participam nos espaços de formação e discussão do Bloco (por exemplo, iniciativas como os Fóruns do Ambiente ou da Educação, ou de âmbito mais diversificado, como o Socialismo 2007). É importante, por outro lado, que haja espaços de discussão entre os jovens, num espaço mais solto e propício a que pessoas novas e mais jovens tomem a palavra sem constrangimento. Também os espaços de convívio e encontro de activistas de todo o país são essenciais. Eles podem passar por fins-de-semana temáticos descentralizados, por acampamentos, por encontros de discussão e convívio. É nestes espaços que se constroem redes de activismo, que se trocam experiências e que se fortalecem laços de solidariedade. A coordenadora deve assumir a realização de algumas destas iniciativas e apoiar que cada organização, com a sua autonomia, as dinamize nos diferentes distritos em que os jovens do Bloco existem.

3.3 Para funcionar, a nova Coordenadora de jovens tem de ser a expressão desta mudança. Ela passa por uma nova direcção que dê lugar aos activistas mais novos, que crie novos protagonistas e assuma responsabilidades. E passa pelo estabelecimento de objectivos concretos, num universo próprio de intervenção. Só isso poderá fazer a diferença.

A Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda deve:

- :: Incentivar, apoiar e articular o trabalho dos jovens activistas no Ensino Superior e Ensino Secundário, na criação e dinamização de colectivos de escola.
- :: Lançar um movimento de reivindicação da implementação da Educação Sexual, dirigida aos estudantes do Ensino Secundário em particular.
- :: Promover a discussão sobre a agenda estudantil de modo a aproximar as políticas do Bloco para a Educação dos interesses dos estudantes.
- :: Organizar, ou ajudar a organização de iniciativas do Bloco dentro das escolas, em colaboração com os vários grupos temáticos ou coordenadoras do Bloco em áreas como o ambiente, a precariedade, as sexualidades, internacional, o trabalho local, etc.
- :: Facilitar a circulação de informação política, tanto entre activistas do Bloco como entre os estudantes em geral.
- :: Criar uma plataforma de comunicação entre a Coordenadora e os vários núcleos de jovens do Bloco, através da responsabilização dos elementos da coordenadora pelo acompanhamento e auscultação dos vários grupos de jovens existentes (em particular os que estão mais isolados territorialmente) e de um "correio da coordenadora" que publicite as decisões e as posições políticas que resultem das discussões realizadas.
- :: Dinamizar campanhas e produzir materiais políticos. Além dos tradicionais panfletos, podem ser elaborados manuais de activismo para os estudantes (tal como foi feito com o Manual dos Direitos dos Trabalhadores produzido durante a Marcha pelo Emprego), com direitos e deveres legalmente consagrados, com a recuperação da memória de lutas passadas e de outras gerações de activistas e com a passagem de testemunho sobre experiências e armas de conhecimento e subversão.
- :: Dinamizar iniciativas que promovam o contacto entre os jovens do Bloco e outros jovens que trabalhem connosco nos movimentos. Estas iniciativas poderão assumir vários objectivos: discussão, integração, entretenimento ou formação.
- :: Assegurar uma ligação forte e uma comunicação eficaz entre a direcção do Bloco de Esquerda e o trabalho dos jovens.

Subscritores da Moção “Começar de novo: Jovens na luta socialista”

Adriana Lopera, Lisboa
Adriano Campos, Braga
Ana Arroz, Lisboa
Ana Bastos, Lisboa
Ana Candeias, Lisboa
Ana Cansado, Lisboa
Ana Cruz, Lisboa
Ana Feijão, Lisboa
Ana Sartóris, Lisboa
André Soares, Porto
Ângela Fernandes, Lisboa
Bruno Cabral, Lisboa
Bruno Góis, Santarém
Carlos Salabert, Maia
Catarina Alves, Gondomar
Catarina Moura, Torres Novas
Catarina Príncipe, Vila Nova de Gaia
Diana Correia, Vila Nova de Gaia
Diogo Vieira da Silva, Paredes
Érica Postiço, Lisboa
Fabian Figueiredo, Santa Maria da Feira
Fábio Salgado, Nazaré
Filipa Gonçalves, Lisboa
Francisco Ramos, Vila Real de St. António
Gilda Carvalho, Vila Nova de Gaia
Guilherme Martins, Guimarães
Helena Oliveira, Oliveira de Azeméis
Hugo Dias, Coimbra
Hugo Evangelista, Lisboa
Hugo Meireles, S. João da Madeira
Inês Duarte, Porto
Joana Mortágua, Lisboa
Joana Pães, Tavira
João Corvelo, Lisboa
João Rodrigues, Lisboa
Jorge Pereira, Porto
José Bettencourt Silva, Açores
José Carlos Santos, Lisboa
José Fonseca, Guimarães

José Miranda da Silva, Matosinhos
José Soeiro, Vila Nova de Gaia
Lucas Manarte, Lisboa
Luís Costa, Faro
Luís Joaquim, Faro
Luís Nunes, Coimbra
Luís Pinho de Sá, Santa Maria da Feira
Manuel Ramos, Coimbra
Marco Marques, Lisboa
Marco Mendonça, Bargaça
Margarida Santos, Lisboa
Mariana Carneiro, Lisboa
Marília Silva Fernandes, Porto
Miguel Baptista, Porto
Miguel Paula, Lisboa
Miguel Queimado, Vila Real
Miguel Reis, Lisboa
Miguel Romão, Lisboa
Moisés Ferreira S. João da Madeira
Nádia da Silva Ferreira, Oliveira do Bairro
Natasha Nunes, Lisboa
Nelson Fraga, Coimbra
Nelson Peralta, Aveiro
Nuno Caiados, Vila Real de St. António
Nuno Teles, Lisboa
Paulo Mendes, Açores
Pedro Cruz Mendes, Braga
Pedro Pombeiro, Setúbal
Pedro Teixeira, Lisboa
Ricardo Lafuente, Porto
Ricardo Salabert, Maia
Rita Calvário, Lisboa
Rodrigo Rivera, Coimbra
Romão Ramos, Salvaterra de Magos
Sofia Roque, Lisboa
Telma Menezes, Lisboa
Teresa Velásquez, Porto
Tiago Correia, Porto
Tiago Gillot, Lisboa
Tiago Ivo Cruz, Lisboa
Vitor Castro, Lisboa

moção B

Por um Bloco mais à Esquerda e Uma juventude militante e combativa IVª Conferência Nacional de Jovens do Bloco

INTRODUÇÃO. @S JOVENS DO BLOCO PERANTE UMA ENCRUZILHADA

Chegados à IV Conferência de Jovens do BE, deparamo-nos com uma realidade preocupante: apesar do importante impacto eleitoral que o BE tem junto da juventude, @s jovens do BE, em tempos um dos sectores mais dinâmicos dentro do partido, não só não cresceram nos últimos dois anos como perderam grande parte do seu enraizamento social e dinamismo.

Esta é uma situação com que se deparam tod@s quant@s no dia-a-dia dão a cara pelo Bloco nos seus locais de estudo e de trabalho. Internamente há diferentes explicações para esta realidade e, conseqüentemente, diferentes políticas para a construção d@s jovens do BE. O primeiro passo para reverter esta situação passa por compreendermos @s factores que estão na sua origem.

Na nossa opinião, a primeira razão para a dificuldade de organizar @s jovens no BE prende-se com a **forte consciência antipartidos** que existe hoje na juventude. Produto das desilusões com partidos de esquerda – desde a antiga social-democracia (PS) que é hoje neoliberal, à falta de democracia no PCP – muit@s dizem que todos os partidos são iguais. Provavelmente, muit@s de nós conhecemos jovens que votam no Bloco, participam nas suas actividades ou militam connosco nos movimentos, mas que simplesmente não querem estar a ele vinculados partidariamente.

Uma outra razão fundamental para explicar este problema prende-se com a própria **falta de lutas fortes entre a juventude**. O sector mais dinâmico na última década entre a juventude foi o movimento estudantil universitário. Todavia, nos últimos dois anos, a derrota contra a lei de financiamento que aumentou o valor máximo das propinas para 880 euros deixou @s estudantes com menos vontade de lutar. Assim, a necessidade de organização da grande maioria d@s jovens no BE, como espaço de activismo e luta, ficou também mais reduzido, pois o sentimento geral não era favorável à organização, mas sim o contrário. Para além disso, @s estudantes do ensino secundário e @s jovens trabalhador@s precári@s, também não protagonizaram grandes lutas.

Por fim, a estes factores devemos juntar um outro: **a própria orientação política da direcção para o BE no geral e para @s jovens em particular**. De facto, esta orientação política não está direccionada para apoiar e fazer crescer os trabalhos de base e organizar a militância. Pelo contrário, todo o esforço militante do BE tem estado virado maioritariamente para preparar eleições ou fazer grandes campanhas políticas que têm como principal objectivo apoiar propostas apresentadas no Parlamento.

Quando entre a juventude é o activismo e a radicalidade que atrai a militância ao BE, a política de institucionalização do Bloco e de desinvestimento na sua militância tem consequências particularmente graves ao nível da organização d@s jovens. Devido a esta política, @s jovens do BE acabam por ser reduzidos a grupos de amigos e coladores de cartazes, e não um sector que dentro do BE se organiza para intervir na realidade. Perante isto, que política e que tipo de organização defendemos então para construir @s jovens do BE? É esse programa político para a acção d@s jovens que apresentamos em seguida. Os eixos expostos não esgotam toda a diversidade da actividade d@s jovens do BE, mas procuram estruturá-la com algumas prioridades centrais.

CAPÍTULO 1. MAIS BLOCO À ESQUERDA CONTRA O GOVERNO SÓCRATES

Qualquer política de esquerda alternativa e radical no país não pode hoje passar ao lado do autor dos principais ataques à juventude estudantil e trabalhadora: o governo Sócrates.

Este é o governo que aplicou o processo de Bolonha, o novo Regime Jurídico do Ensino Superior e introduziu os empréstimos, tornando o ensino cada vez mais servil aos interesses económicos e mais inacessível para @s jovens. É o governo que fecha escolas, centros de saúde e maternidades, agravando ainda mais as injustiças e desigualdades sociais. É o governo da qualidade de ensino sempre adiada, no segundo país europeu com maior número de adultos sem o ensino secundário. É o governo da flexi-(in)segurança, dos ataques à classe trabalhadora, dos altos níveis de desemprego e precariedade. Sendo também a presidência da União Europeia, este governo reforça ainda a política neoliberal e de guerra ao nível europeu, com o apoio ao novo Tratado Constitucional e a subserviência à política imperialista da NATO e da ONU. Este governo é o nosso inimigo nº 1.

Só a unidade da esquerda nas lutas contra o governo pode derrotar estes ataques que, dia-a-dia, tornam mais difícil a vida d@s jovens e trabalhador@s no país. Queremos lutar para encurtar a vida do governo que precariza as nossas vidas, nos excluiu do ensino, nos discrimina com uma política que só favorece @s ric@s, porque não acreditamos na inevitabilidade das regras do sistema nem na força eterna d@s explorador@s. Queremos construir o BE, mas para nós essa construção passa também por conseguir que as nossas lutas sejam vitoriosas. A nossa tarefa é, assim, utilizar as lutas que travamos para combater o governo, sabendo levar para a frente a nossa política, mas também trabalhar junto com aquel@s que querem lutar mas não partilham a nossa cor partidária.

É porque entendemos que o governo do PS é neoliberal e que a luta contra este se faz pela base e não por acordos com as cúpulas partidárias que **rejeitamos o Acordo do BE com o PS em Lisboa**. Sá Fernandes tem votado unitariamente com Costa quase tudo, mesmo Planos de Saneamento da CML onde não se prevê a total integração nos quadros d@s trabalhadores precári@s. Consideramo-lo um mau exemplo de política de unidade, que **dá ao país um sinal de confiança no governo que queremos combater**, não contribuindo para construir o BE como um projecto anti-sistémico para o país, em alternativa ao PS e ao PCP, mas apenas como um partido que joga pelas mesmas regras que os outros.

Por isso, queremos um Bloco mais à esquerda contra as políticas do Governo e as injustiças da sociedade em que vivemos. Queremos um Bloco forte, onde não há espaço para acordos, directos ou indirectos, com o governo do PS e somos claramente pelo rompimento do actual acordo com António Costa.

[Resolução I - Para derrotar as políticas do governo e trazer vitórias aos jovens estudantes e trabalhador@s, procurar a unidade de acção na esquerda com tod@s da área política do PCP, do PS que se opõem às políticas do governo e a tod@s @s independentes que estejam contra o governo e queiram lutar para derrotar a privatização do ensino, o desemprego, a precariedade e os ataques aos direitos d@s trabalhador@s]

CAPÍTULO 2. MAIS JUVENTUDE CONTRAS AS GUERRAS

As questões internacionais são das que mais cativam @s jovens, os seus interesses, criatividade e vontade de agir. Também nós, jovens bloquistas, temos em nós, desde o início, o espírito internacionalista: nascemos das grandes mobilizações anti-guerra e contra-cimeiras em oposição ao G8, à globalização capitalista e destruidora, às guerras que não são nossas.

Quando nos dias que correm, as guerras e os ataques aos direitos d@s jovens e trabalhador@s, são cada vez mais globais, as lutas e as solidariedades devem também ser cada vez mais internacionais. A guerra do Iraque, a questão palestiniana, a exploração dos países mais pobres, as contradições da globalização capitalista são questões que chamam @s jovens. Consideramos que o BE nos últimos tempos se tem centrado a nível internacional essencialmente nas questões da Europa, relegando para um lugar secundário as restantes questões internacionais e o activismo combativo sobre as mesmas. Achamos que é preciso reverter essa situação.

Reafirmamos a necessidade d@s jovens do BE se envolverem e estimularem as acções e debates internacionalistas no seu interior e nos locais onde desenvolvem activismo. Achamos, por isso, que **as campanhas internacionalistas devem ser um pilar fundamental da construção d@s jovens do BE**, como acções imaginativas e combativas, que se possam tornar referências para a juventude e imagens de marca do BE na sociedade. A participação nas contra-cimeiras de contestação às grandes organizações (G8, FMI, OMC, etc) e figuras do imperialismo no mundo deve voltar a ser também uma tarefa central d@s jovens do BE. Não podemos voltar a assistir à vinda da Condoleezza Rice a Portugal sem que se realize sequer uma simples concentração de protesto. @s jovens do BE devem ter a ousadia, a militância e a capacidade não só de participar, mas também de organizar estes protestos.

[Resolução II – Realização de uma campanha de apoio à causa palestiniana, contra a ocupação israelita e o muro de Israel (através da organização de debates, jornais de parede, acções de rua, etc)]

[Resolução III – Fazer da data da invasão do Iraque um momento de acções contra a guerra e de defesa da retirada das tropas de ocupação do Iraque, Afeganistão, Líbano e todos os palcos de guerra, aproveitando esta ocasião para mostrar o nosso repúdio a uma possível intervenção militar no Irão]

CAPÍTULO 3. MAIS JOVENS DO BE NAS LUTAS SOCIAIS E NAS LUTAS DA JUVENTUDE

Consideramos que o crescimento mais profícuo da actividade de jovens do BE passa pela dinamização das lutas sociais e da juventude nos locais de trabalho e estudo onde nos encontramos.

Só através da estruturação d@s jovens do BE para a dinamização de alternativas de luta poderemos pôr em causa as medidas que diariamente atacam as condições de vida, os direitos e a liberdade d@s jovens no nosso país. O nosso compromisso é, por isso, com a militância quotidiana, com cada aderente do BE poder ser a semente de uma alternativa combativa e democrática no seu dia-a-dia.

3.1. Uma juventude em luta pelo direito ao ensino

3.1.1. Ensino superior

Nos dois últimos anos assistimos a um grande retrocesso no ensino superior público, com medidas constantes de aprofundamento da privatização e, por consequência, uma cada vez maior exclusão d@s estudantes com menos possibilidades económicas. As propinas estão hoje em 940 ¤ na grande parte das faculdades do país. O processo de Bolonha já foi implementado na maioria das universidades, aumentando o preço da formação no 2º ciclo e a precarização laboral daqueles que não o consigam frequentar. Mais recentemente a aprovação do Regime Jurídico veio ajudar ainda mais à «festa da privatização», atacando a democracia estudantil e impondo empresários na gestão das instituições. Finalmente, a introdução de empréstimos é apresentada como a grande solução para aqueles que não têm dinheiro para pagar os seus estudos, enquanto a acção social é progressivamente destruída.

Depois de dois anos em que @s jovens do BE perderam a influência que tinham em várias universidades do país, hoje dinamizam já diversos colectivos de estudantes. Esta é uma experiência que reivindicamos há vários anos e que nos parece central para a estruturação d@s jovens do BE no ensino superior. Contudo, devemos ter cuidado para que esses colectivos não sejam «guetos» afastados das estruturas de organização d@s estudantes (associações de estudantes/académicas, núcleos, conselhos pedagógicos, etc). Pelo contrário, devemos participar, sempre que possível, nestes órgãos, como forma de nos estruturarmos na base das universidades e irmos, assim, construindo uma direcção alternativa e reconhecida para o movimento estudantil. Esta perspectiva é fundamental para que em futuras lutas não fiquemos à margem e possamos, pelo contrário, ter uma palavra determinante a dizer sobre a melhor forma de levar as lutas à vitória. É também fundamental que @s vári@s activistas de ensino superior coordenem mais as suas acções.

[Resolução IV – Propor nos colectivos onde intervimos a realização de um Encontro Nacional de Colectivos de Estudantes Alternativos por um Ensino Superior Público, Gratuito, Universal, Democrático e de Qualidade para coordenar acções a nível nacional]

3.1.2. Ensino secundário

O Ensino secundário continua também a enfrentar vários problemas. A falta de recursos materiais nas escolas continua a travar as possibilidades de melhorar o ensino (ex. ausência de salas de trabalho, instalações degradadas, falta de espaços condignos para o desporto e de aquecimento no Inverno, laboratórios deficientes, etc). Os estudantes do ensino nocturno continuam a ser discriminados na falta de acesso às bibliotecas, reprografias e bar. Ao mesmo tempo, o governo introduziu as aulas de substituição, impede @s estudantes com o 12º ano realizado de fazerem melhorias de notas e mantém os exames de 12º ano com um peso altíssimo no acesso à universidade (30%), deixando cair a máscara da avaliação contínua, num país com um alto nível de abandono escolar. A educação sexual continua, na prática, a não existir. A participação democrática d@s jovens nas escolas secundárias está ainda muito atrasada e deve também ser um dos principais eixos de intervenção, procurando que se façam RGA's e que @s estudantes possam ter representação em organismos como o Conselho Pedagógico.

Os jovens do BE continuam a ter uma actuação quase inexistente neste nível de ensino. Queremos por isso apostar no crescimento do BE entre @s jovens do ensino secundário dinamizando a Campanha para a introdução da Educação Sexual nas Escolas, que o BE está já a lançar. Defendemos que devemos utilizar essa mesma campanha para fazer novos contactos e organizar colectivos de estudantes abertos, que possam lutar por este tema, mas que venham no futuro a intervir sobre os restantes problemas que preocupam @s estudantes. As eleições para as associações de estudantes são sempre um bom momento para levar ideias e propostas alternativas às escolas, procurando quebrar a despolitização dominante nas AE's de secundário. Contudo, mesmo quando não ganhamos as eleições devemos continuar a trabalhar dentro das escolas procurando mobilizar @s estudantes para lutar em torno dos problemas das escolas e das políticas nacionais para o ensino secundário, organizando também conferências sobre temas diversos (Guerra, Sexualidade, Racismo, etc). Havendo pessoas suficientes, devemos procurar ainda organizar núcleos de jovens do BE nas escolas que possam dinamizar esse trabalho.

[Resolução V – Depois da realização da Campanha de Educação Sexual, organizar um encontro nacional de jovens do ensino secundário do BE, para trocar experiências e coordenar esforços de actuação a nível nacional]

3.2. Uma juventude em luta contra a precariedade e pelo trabalho com direitos

A precariedade, a falta de trabalho ou o trabalho sem direitos são hoje, mais que nunca, problemas d@s jovens. O governo, em particular com a revisão do Código do Trabalho que se avizinha e a introdução da flexi-(in)segurança, prepara-se para aprofundar ainda mais a precariedade, tornando legais a insegurança laboral e os despedimentos. Enquanto isto, a grande maioria dos sindicatos continua a dar pouca ou nenhuma atenção aos problemas d@s trabalhador@s precári@s, deixando muito a desejar no que toca à combatividade contra o patronato e o governo, bem como no espaço à decisão e participação d@s própri@s trabalhador@s.

Também esta tem sido uma área em que @s jovens do BE não têm feito um trabalho sistemático. Para nós, esta é uma área de intervenção fundamental d@s jovens do BE, cujas preocupações devem ser alvo do trabalho

da futura coordenadora nacional.

Apesar disso, têm surgido em alguns locais do país experiências positivas e em que devemos continuar a apostar. É o caso do FERVE, Precários Inflexíveis, Intermitentes do Espectáculo, entre outras plataformas amplas de intervenção contra a precariedade. Todavia, consideramos que estes colectivos se devem organizar acima de tudo para a acção. Consideramos também que não devemos conceber a sua intervenção à margem do resto do movimento d@s trabalhador@s, procurando pelo contrário, dentro das possibilidades, intervir nele e participar quando possível nas suas estruturas com uma política alternativa, que ponha em causa os métodos burocráticos e a falta de combatividade da grande parte dos sindicatos, e que aposte sempre nas decisões d@s trabalhador@s na base como forma de construir outro sindicalismo. Parece-nos ainda importante que a intervenção d@s jovens sobre a precariedade seja feita em ligação com o sector de trabalho do BE.

[Resolução VI – Realização de uma Campanha do BE contra a Precariedade e o Desemprego, dirigida aos jovens trabalhador@s, incidindo sobre as alterações introduzidas ao Código do Trabalho e sobre a Flexi-Segurança]

3.3. Uma juventude que leva para os locais de estudo, trabalho e residência as questões «fracturantes»

Consideramos ainda que @s activistas do BE não devem restringir a sua intervenção aos temas estudantis ou sindicais. Pelo contrário, **é essencial levar para esses mesmos locais outras temáticas e preocupações políticas que são desde há largo tempo bandeiras do BE, como a questão da luta contra a opressão das mulheres, a homofobia, o racismo e a imigração, bem como as questões ligadas à habitação, ao ambiente e à legalização das drogas leves.**

Consideramos que estes temas dentro do BE têm vindo a ser tratados de uma forma cada vez menos radical e mais normalizada, e com menos apoio por parte do BE no seu todo. **Para nós, é por isso fundamental recuperar a irreverência também na abordagem a estes temas e nas iniciativas que sobre eles se podem realizar.**

Um exemplo disso é a luta contra a violência policial, o racismo e a falta de oportunidades que travam @s jovens pobres e imigrantes dos subúrbios das principais cidades do país. Apoiá-los nas suas intervenções e ganhá-los para o BE é importantíssimo, não só porque constituem a camada juvenil mais precária e explorada em Portugal, mas também porque possibilita ao BE um enraizamento fora dos seus sectores tradicionais, geralmente mais ligados às classes médias.

Este tipo de actividades têm um papel fundamental não só na criação de uma consciência política mais abrangente, numa perspectiva anticapitalista e revolucionária, como também ajudam a aproximar mais jovens do BE, dentro dos interesses mais variados.

CAPÍTULO 4. TRAZER MAIS JUVENTUDE AO BE, ORGANIZAR MAIS @S JOVENS DO BLOCO

Há dois problemas fundamentais que, um pouco por todo o país, @s jovens do BE sentem. São eles a falta de discussão e a falta de organização, acção e apoio aos núcleos de jovens e aos seus activismos a nível nacional.

Estes problemas são uma realidade porque, desde há dois anos para cá, há um claro desinvestimento no trabalho d@s jovens por parte da direcção do BE e da direcção de juventude a ela afecta. Os jovens são tratados como coladores de cartazes e chamados a participar apenas aquando de Convenções e Conferências de Jovens. Muit@s jovens da lista maioritária da actual coordenadora defendem ainda o fim do acampamento de jovens ou um esvaziamento político do mesmo, pretendendo também institucionalizar ao máximo a conferência de jovens, por exemplo através da introdução de delegados, já vigente nesta Conferência.

Por isso, poucos núcleos de jovens existem pelo país e poucos têm um funcionamento activo e estruturado na realidade social d@s jovens, baseado em reuniões onde @s aderentes possam trocar ideias, experiências e aprender. Nesse sentido, **defendemos a organização de Núcleos de Jovens do BE, com Assembleias regulares, marcadas pela discussão política e pela realização de actividades. Para nós, estes núcleos devem ainda incluir tod@s @s jovens do BE, ou seja, estudantes e trabalhadores;** primeiro porque ainda somos pouc@s, depois porque apesar das diferenças, ambos partilham de problemas e vivências comuns, e, finalmente, porque a unidade de estudantes e trabalhadores fortalece as suas lutas e enriquece a sua acção.

Outro problema relaciona-se também com o papel da Coordenadora Nacional de Jovens (CNJBE). A direcção do BE e @s jovens affect@s à mesma têm procurado esvaziar este órgão da sua tarefa mais fundamental: a dinamização e organização do activismo e campanhas d@s jovens do BE a nível nacional. Pelo contrário, consideramos que a **CNJBE tem como principal obrigação impulsionar um forte trabalho d@s jovens a nível nacional, através da realização de campanhas e do apoio às diversas regionais e activismo d@s jovens nas suas diferentes áreas.**

Por outro lado, consideramos essencial fortalecer os momentos de discussão, troca de experiências e coordenação, bem como a decisão democrática a nível nacional. **O acampamento de jovens é, por isso, para nós, um momento por excelência para @s jovens do BE.** Ele cumpre duas funções. Por um lado, ser um espaço fundamental de discussão política e de troca de experiências de activismo d@s jovens a nível nacional, preparando-nos para a acção no ano seguinte; por outro lado, trazer as pessoas com quem trabalhamos diariamente a conhecer o BE, as suas ideias e funcionamento, aproximando-as do partido. É porque acreditamos que é a política e não o amiguismo que pode aproximar mais pessoas do BE, que pensamos que a organização de um Acampamento de Jovens politizado tem também de voltar a ser uma tarefa central da próxima CNJBE. Todavia, isto não impede as regionais de organizarem outros acampamentos de âmbito local, como complementares ao nacional.

Também a **Conferência Nacional de Jovens deve continuar a ser um momento central de decisão d@s jovens do BE** sobre políticas, campanhas e prioridades na acção d@s jovens nos dois anos seguintes. Ao contrário

daquilo que acontece hoje para as coordenadoras do Trabalho, Autárquica e de Ambiente, que são designadas pela Mesa Nacional, sem que a base que milita nesses sectores tenha algo a dizer, consideramos que a **Conferência Nacional de Jovens deve continuar a eleger a direcção para a levar a cabo a acção d@s jovens nos próximos dois anos**, porque só com democracia poderemos fortalecer @s jovens e as suas lutas.

[Resolução VII – A organização anual de um Acampamento Nacional de Jovens do BE que priorize uma importante componente de discussão política sobre temáticas diversas de intervenção e interesse d@s jovens, conjugada com a componente de convívio fundamental para a criação de laços entre tod@s]

[Resolução VIII – Cada membro da CNJBE deve ficar encarregue de fazer a ligação entre a coordenadora e os núcleos locais de jovens. Esses membros da CNJBE devem estimular e apoiar a realização de iniciativas de âmbito local e nacional, promover a discussão política entre @s jovens do BE e levar as preocupações e as sugestões dos núcleos locais à Coordenadora Nacional]

[Resolução IX – Tendo em conta a importância que cada vez mais a Internet tem na comunicação política, apostar em reactivar o site d@s jovens do BE, a partir do já existente Blocomotiva, mas com um carácter mais político de divulgação de artigos e outros materiais sobre os problemas e interesses d@s jovens, e de actividades realizadas pelos mesmos]

De forma, a que haja uma maior proximidade entre os militantes de base das diversas regiões e aqueles que os representam na CNJBE, esta coordenadora fica encarregue de fazer chegar a todos militantes (via e-mail individual) uma acta de cada reunião realizada, com todas as decisões e votações

O nosso compromisso é, assim, (re) construir @s jovens pela base, como pólo dinamizador de alternativas de direcção combativas, de base e democráticas para os movimentos de jovens nas escolas e nos locais de trabalho. É a construção d@s jovens através da afirmação do próprio BE como um projecto socialista e revolucionário, em alternativa ao neoliberalismo, mas também ao capitalismo, origem dos problemas e injustiças com que se defrontam @s jovens em todo o mundo.

O tipo de (des) organização que predomina hoje entre @s jovens do BE revela uma política que não vê como projecto estratégico a estruturação do BE nas lutas sociais, mas sim a sua influência eleitoral. Só quando virmos que a forma de impulsionar as grandes mudanças são as lutas sociais contra o governo e as injustiças do capitalismo, poderemos ver que para o BE ser determinante na mudança precisa ser um factor determinante nas lutas que @s jovens e trabalhadores travam no país. E isso só se faz com um Bloco mais à Esquerda e uma juventude militante e combativa.

Subscritores da Moção

“Por um Bloco Mais à Esquerda e uma juventude militante e combativa”

André Pestana (Oeiras/Lisboa), aderente nº 235
Bruno Mendes (Felgueiras/Porto), aderente nº 3659
Daniel Martins (Braga), aderente nº 3698
David Aparício (Almeida/Guarda)
Délio Figueiredo (Lisboa), aderente nº 3697
Edgar Fernandes (Almeida/Guarda)
Filipe Luna (Évora), aderente nº 3704
Flor Neves (Coimbra), aderente nº 3396
Hugo Bastos (Lisboa), aderente nº 4967
Ivo Silva (Coimbra), aderente nº 3694
Joana Machado (Braga), aderente nº 4262
João Reis (Coimbra), aderente nº 3966
Jorge Fontes (Lisboa), aderente nº 416
José Nicolau (Amadora/Lisboa), aderente nº 5020
Liliana Inverno (Coimbra), aderente nº 3690
Luís Franklin (Porto), aderente nº 887
Manuel Afonso (Coimbra), aderente nº 4752
Miguel Inocêncio (Faro), aderente nº 4609
Mara Inverno (Coimbra), aderente nº 4805
Nuno Geraldês (Braga), aderente nº 4520
Otávio Raposo (Lisboa), aderente nº 1058
Pedro Fidalgo (Felgueiras/Porto), aderente nº 3654
Raquel Oliveira (Coimbra), aderente nº 3686
Raquel Varela (Oeiras/Lisboa), aderente nº 1892
Ricardo Oliveira [Ricky] (Setúbal), aderente nº 4929
Sadik Habib (Lisboa), aderente nº 1894
Sílvia Franklin (Coimbra), aderente nº 3684
Talis Silva (Amadora/Lisboa), aderente nº 5021
Tiago Castelhana (Amadora/Lisboa), aderente nº 2259
Tiago Silva (Coimbra), aderente nº 3409
Vasco Basílio (Oeiras/Lisboa), aderente nº 4974

Representante na COC: Jorge Fontes

textos de reflexão

Porque nos batemos por um Internacionalismo Solidário

CONTRIBUTO MARGARIDA SANTOS, CATARINA PRÍNCIPE, RODRIGO RIVERA

Globalização Económica, Globalização Democrática e a Próxima Cimeira do G8.

Era este o desafio lançado num debate, fruto da criação dum novo grupo de trabalho, o do internacionalismo, que surge assim para tentar preencher um vazio sentido por muit@s jovens do Bloco, no que toca ao activismo internacionalista organizado. Embora seja certo que a solidariedade com as lutas dos mais desfavorecidos, das vítimas duma globalização selvagem que não hesita em ignorar a soberania dos povos para impor a “lei económica”, seja algo que faz parte da matriz do Bloco, a criação de espaços e de momentos, onde fosse possível a discussão em torno dos grandes acontecimentos globais escasseava. Pensar alternativas de resistência supranacionais com as quais seremos, não só mais fortes mas também mais eficazes, está também nas nossas mãos.

Aquando da invasão do Iraque, gerou-se um movimento social amplo e interventivo contra a guerra. De certo modo, era o renascimento de dinâmicas já passadas que conjugavam no seu seio diferentes sensibilidades políticas, que sob o mote duma mobilização global de solidariedade para com um país invadido, vieram permitir a criação de várias redes de activismo jovem.

Podemos Convidar as FARC p’ra jantar?

A Guerra do Fim do Mundo foi o documentário escolhido para lançar o debate sobre a realidade colombiana. As FARC são consideradas por muitos como uma organização terrorista, por outros como uma organização revolucionária em defesa das populações rurais, é incontestavelmente uma organização que recorre à luta armada em defesa dos seus ideais e é neste conflito de opiniões, que não é excepção junto d@s jovens do Bloco, que o debate internacionalista se impõe.

Sahara Ocidental: 30 anos de luta

Em 2003, a possibilidade dum referendo ao fim de 15 anos desde a última promessa, surgia como uma possível solução. A RASD (República Árabe Saharauí Democrática) aceitou correr o risco, Marrocos não. Novo impasse. No caso português tivemos Timor, que depois da descolonização foi ocupado pela Indonésia, e foi pelo fim dos massacres praticados pelas milícias indonésias, e pela libertação do povo timorense, que Portugal se irmanou em torno duma causa que mobilizou muitos de nós. Indonésia desocupa, Marrocos não. A luta pela autodeterminação do povo saharauí e pelo direito a um território livre, é incontornável na militância do Bloco, que se quer solidária e activista.

Fórum Social Europeu – Assembleia Preparatória Europeia (EPA)

Porto Alegre inaugura uma nova dinâmica de militância à esquerda. Organizam-se, desde então, os Fóruns Sociais, cujo objectivo é a criação de espaços pelo mundo fora, onde activistas das mais variadas proveniências se

encontram, discutem, e promovem iniciativas que despertem o Mundo para os combates que há a travar. Este ano Lisboa recebeu a EPA, e foi possível a muitos activistas do Bloco e do movimento social português, participar em debates de várias redes sociais, durante os quais a troca de experiências, e mais importante, a organização de campanhas, como será agora a Contra-Cimeira UE-África, foram prioridades.

Entre Muros

Este ano marcou os 40 anos da ocupação israelita dos territórios palestinianos. Este ano também uma delegação do parlamento europeu visitou o local onde estão a ser erguidos muitos quilómetros de betão. Parece evidente que a História caminha para o lado errado, o muro vai-se alastrando, e Israel vai comendo a pouca terra que ainda vai sobrando do outro lado. A paz parece distante, não deixando no entanto de haver novos caminhos à esquerda que se vão delineando, como é o caso da Iniciativa Nacional Palestiniana que talvez possa traçar uma via diferente da que Hamas e Fatah têm conseguido até agora. Estivemos à conversa com uma activista da INP na FCSH e “Entre Muros” foi o pano de fundo de mais uma conversa, pouco depois da jornada mundial de solidariedade com a Palestina em Novembro do ano passado.

Contra-Cimeira do G8 em Rostock

À semelhança de Génova, ou Edimburgo, também a Rostock foram milhares de activistas, numa mobilização global contra a Reunião do G8.

Por cá foi possível conjugar esforços de origens muito diferentes, e constituir a REDE G8, que conta não só com activistas do Bloco, mas sobretudo activistas por uma globalização democrática. A REDE G8 é o resultado de muitos contributos que permitiram um movimento criativo e alargado, que chegou efectivamente a muitas pessoas. A festa no Centro Social da Mouraria, o Dia de Acção Internacional pela Justiça Climática ou a Marcha dos Palhaços, são iniciativas da REDE G8 que demonstram bem, como muitos dos combates que temos que travar nos dias de hoje, só fazem sentido a uma escala global.

Redes Europeias de Jovens

Neste momento, surgem cada vez mais movimentos e plataformas com vista a um entendimento comum e à construção de redes de trabalho a nível europeu. Estes movimentos são a expressão clara de uma vontade enorme de trabalhar em conjunto com pessoas diferentes, numa aprendizagem constante das imensas maneiras de ver o mundo e de interagir sobre ele. A “contaminação” de conhecimentos, necessidades e culturas é o aprender da solidariedade.

@s jovens da Moção A têm estado activos e presentes no desenvolvimento e construção destas redes, insistindo no carácter internacionalista das lutas e reivindicando o espaço europeu como espaço de articulação da luta social contra o capitalismo.

Recusando o sectarismo e promovendo o contacto entre diferentes experiências, é na acção política concreta que a luta contra a guerra, contra o neoliberalismo e as discriminações ganha em radicalidade, porque desafia o capitalismo nas escalas em que ele hoje se afirma e violentamente impõe a sua agenda aos povos.

Mudar o Mundo

CONTRIBUTO DE FRANCISCO FURTADO

“O socialismo não é uma utopia inalcançável. Só é preciso organizar milhões de pessoas para uma nova política. Já não temos toda a vida para o fazer.”

Francisco Louçã

Vivemos tempos conturbados... Guerra, catástrofes ambientais e alterações climáticas, retrocesso civilizacional em algumas partes do Globo, privatização de bens públicos como a Saúde, Educação, Água, Energia, Vias de Comunicação (estradas, caminhos de ferro, telefones...), destruição do Estado enquanto garante de um mínimo de equidade social com os cortes nos subsídios de Desemprego e Pensões, com o fim do crédito bonificado à habitação. As relações de trabalho são cada vez mais desequilibradas, cada vez mais, o Capital, o Patrão, pode mais frente ao trabalhador, por isso existe a precariedade, para isso são “modernizados” os códigos laborais. Mas estes são também tempos de esperança e resistências, de construção de novas respostas a todos estes desafios, com toda a inteligência, criatividade, coragem e memória que só os movimentos populares organizados de massas podem ter.

Se olharmos em volta vemos alguns sinais... Em França, no coração da Europa, a população infligiu dois reveses ao Neo-liberalismo galopante. Primeiro com o Não ao tratado constitucional europeu e depois com a revogação do CPE (que pretendia liberalizar os despedimentos entre os trabalhadores mais jovens) conseguida através de manifestações gigantescas, ocupação de faculdades, greves e cortes de estradas.

Na América Latina surgem cada vez mais vozes a criticar os dictats do Império com sede em Washington, e mais do que isso, tendo como ponta-de-lança o processo revolucionário bolivariano na Venezuela ao nível do “poder de estado” muitas das receitas neoliberais aplicadas nos anos 90 e 80 estão a ser abandonadas. Estão em curso renacionalizações de vários sectores económicos, são adoptadas novas políticas de redistribuição da riqueza e o acesso à educação e saúde é universalizado. Criam-se novas Constituições, para romper com as instituições fantoche das oligarquias e promover formas de democracia directa.

Também no Médio-Oriente o Império é posto em cheque. Destaco a derrota histórica que Israel e os Estados Unidos sofreram na guerra do Líbano do ano passado, se o Irão ainda não foi atacado, em grande medida o deve ao efeito dissuasor que a vitória da resistência Libanesa (em que o Hezbollah <<http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&sa=X&oi=spell&resnum=0&ct=result&cd=1&q=Hezbollah&spell=1>> não é o único actor) teve. No Iraque a retirada Norte-Americana está no horizonte... a acontecer (dependendo também da forma como ocorrer...) será um duro golpe para as ambições de controlo total da região por parte de Washington. O falhanço da invasão é em certa medida fruto do movimento anti guerra existente a nível mundial, mas acima de tudo da resistência, inclusive armada, do povo iraquiano face ao ocupante. Os exemplos acima mencionados não fazem parte de um esforço único, coordenado, para reverter as políticas Imperiais e Neo-liberais, nem por si só são suficientes para alcançar esse objectivo. Refira-se ainda que no Médio-Oriente uma parte substancial da resistência à agressividade Norte-Americana é composta de movimentos de carácter profundamente conservador e até reaccionário.

Estes são novos tempos, com respostas inesperadas e até contraditórias ao rolo compressor do “Mercado” e do Império, é de qualquer das formas animador verificar que existem casos concretos de como não é inevitável termos de “apertar o cinto” e abdicar de direitos sociais para cumprir um mítico “défícite” ou de como os planos para um New American Century estão prestes a colapsar.

Por cá, no chamado cantinho à beira mar plantado, os tempos de vacas gordas sob Cavaco numa primeira versão hard e sob Guterres numa onda mais soft já passaram... Vivemos agora com o espectro da crise a assombrar todas as decisões... e que jeito que ela dá... Foi pretexto no Governo Barroso para a reforma do código laboral, o aumento de propinas ou os cortes à lá Ferreira Leite... A resposta popular foi dada (entre outras manifestações) numa greve geral e na contestação estudantil que deu origem à maior manifestação de estudantes de sempre. Nas eleições Europeias de 2004 a direita clássica, no governo, obtém o pior resultado de sempre (PSD e PP coligados não passam os 30%), pouco depois Barroso foge para Bruxelas e segue-se um interlúdio burlesco com o governo Santana Lopes... Eleito com base em promessas de 150 000 novos empregos e afirmando-se contra a “obsessão do défícite” o PS chega ao poder pela primeira vez em maioria... A máscara cai rapidamente, a nova direita, tal como o anterior governo, aproveita a crise para dismantelar o nosso incipiente estado social e remover obstáculos no caminho do lucro fácil das empresas... Cortes no investimento público, encerramento de unidades hospitalares e escolas, avanço das privatizações, etc... A contestação a este governo atinge níveis à muito tempo não vistos, como o demonstra a recente manifestação da CGTP com cerca de duzentas mil pessoas, também a nível eleitoral os resultados são reveladores. Desde que chegou ao Poder o PS obteve um péssimo resultado nas eleições autárquicas de 2005 e nas presidenciais foi humilhado. Este é um governo apupado... Mas vai levando o seu projecto “contra-reformista” avante, como já referi a crise é uma grande oportunidade, num recente número da revista “Economist” dizia-se que a Europa precisava de uma crise ainda mais forte do que a actual, para servir de pretexto para acabar de vez com o Estado Social. Cá em Portugal os “Jovens Turcos” do mundo empresarial aproveitam o clima e formam o “Compromisso Portugal”, querem mudar o país, na boca de um dos seus dirigentes, querem que no futuro deixe de haver trabalhadores para todos sermos “empresas individuais”... A concretizar-se, isso seria a subjugação total do trabalho face ao capital, uma empresa não tem férias, não tem subsídio de desemprego, não tem horário... Vale a pena referir o título do último livro lançado por este grupo, chama-se “Revolucionários”.

E nós?

Não basta o descontentamento popular generalizado com estas políticas para mudar de rumo... É preciso antes saber que rumo outro é esse e aqui é que está o problema. A política do Bloco tem de ser estruturada em volta da construção de uma resposta Socialista e progressista à crise. O Bloco tem de ser parte da construção de uma alternativa económico-político-social que salve as conquistas populares conquistadas nos últimos duzentos anos (da revolução francesa, à revolução de Abril...) e que por isso mesmo tem de ousar ir mais além... Não podemos de deixar de ser radicais, os desafios que enfrentamos exigem ir até à raiz dos problemas, não podemos ser meia-dúzia, temos de ser muitos e diferentes a pensar, a agir para transformar o mundo. Para sermos parte de uma alternativa mobilizadora não podemos cair em sectarismos e preconceitos estereis, nem nos acomodar à política do possível.

Se tudo isto é verdade para o Bloco no geral, ainda o é mais para o sector da juventude... Em boa altura realizamos a nossa IV conferência, é tempo de tomar decisões e aproveitar as vantagens que um momento de crise propicia.

Jovens do BE

Activistas no combate ao trabalho precário

CONTRIBUTO DE SOFIA ROQUE

A precariedade no mundo do trabalho está aí, nas relações laborais, na contratação, nos salários baixos, no uso abusivo de recibos verdes, nos despedimentos, nas condições de trabalho, tudo isto se revê nas vidas também precárias de muit@s de nós. São as vidas de jovens e de quem já não é jovem, d@s que puderam estudar e agora vêm as suas expectativas frustradas, d@s que não puderam escolher estudar e já não têm expectativas, d@s que querem sair de casa dos pais e não podem, d@s que querem ter projectos e não conseguem, d@s bolseir@s e d@s caixa de supermercado, d@s artistas e d@s operador@s de call-center, d@s assistentes de lojas e livrarias, d@s trabalhador@s dos serviços ou da restauração, d@s professor@s, d@s enfermeir@s, d@s trabalhador@s-estudantes, d@s imigrantes que tentam aqui a sua sorte...

Estamos, de facto, perante uma tendência geral de perda de direitos fundamentais (como a greve), uma sufocação da democracia nas empresas. Face a isto, diante de nós, está uma inoperante resposta ou ausência desta por parte dos sindicatos ou do sindicalismo como forma de organização e representação d@s trabalhador@s. Na verdade, saltitar de emprego em emprego, estar sujeito a níveis de produtividade, prémios e comissões (o pouquinho mais que no final do mês torna o salário menos vergonhoso), torna impossível o vínculo a um sindicato ou simplesmente a troca de experiências, problemas, conversas e a organização entre precári@s.

O cenário da precariedade a nível de lei laborais não é nada animador, aliás, actualmente, o trabalho precário encontra-se já legitimado no Código do Trabalho e a tão falada flexigurança é apenas parte do pacote neo-liberal que a União Europeia tem para oferecer e impôr a tod@s nós.

É urgente agir de modo a tornar possível a organização d@s precári@s, lançar debate sobre as respostas sindicais e sobre o sindicalismo, promover o pensamento crítico e a informação das pessoas ao mesmo tempo que se desconstrói a mensagem ideológica do nosso governo e dos governantes da Europa que descreve as actuais condições de trabalho como uma fatalidade, baseando-se numa crise económica e ignorando a evidente crise social, anunciando as novas medidas mascarando-as como soluções únicas que mantêm ou agravam as causas desses mesmos problemas, isto é, contribuem para a manutenção e aperfeiçoamento do capitalismo, toma conta das riquezas dos nossos patrões.

Nos últimos dois anos foram dados alguns passos importantes na concretização desta postura de combate à precariedade. O Bloco de Esquerda e os Jovens do BE empenharam-se numa Petição contra a Precariedade (que recolheu 5700 assinaturas), numa Marcha pelo Emprego (composta por múltiplas acções de rua e um programa contra o trabalho precário), na realização de uma feira da Precariedade (foi organizada pela coordenadora de jovens de Lisboa).

Para além destas iniciativas, sublinham-se a criação de movimentos que agem contra a precariedade onde encontramos jovens activistas do Bloco que assumem um papel fundamental na dinamização dos mesmos: a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica, a Plataforma de trabalhadores Intermitentes do espectáculo e do audiovisual, o FERVE (Fartos d'Estes Recibos VERdes). É ainda importante salientar a valiosa intervenção de activistas do Bloco que intervêm em plenários de precari@s de call-centers, em vários distritos, no quadro de responsabilidades sindicais no SINTTAV.

Um dos passos mais significativos para conseguir dar visibilidade à precariedade, mas sobretudo para juntar jovens trabalhador@s precári@s tendo em vista uma tomada de posição pública, colectiva e unitária, foi a experiência de organizar pela primeira vez uma parada MayDay que é isso mesmo, um 1º de Maio alternativo, o d@s precári@s, que dificilmente se revêem nos actuais sindicatos por variadas razões ou simplesmente porque não têm ligação com eles uma vez que a vida vivida a contrato ou recibo verde, ou mesmo sem trabalho ou a visto de residência, não permite grandes ligações ao mundo das reivindicações laborais...

Associando-nos a uma acção com uma perspectiva internacional, assumindo uma postura e cultura de protesto alternativa, festiva, juntámos cerca de 200 pessoas que seguiram um percurso próprio, ao qual se juntou um grupo de trabalhador@s imigrantes, integrando depois a manifestação da CGTP. A experiência do MayDay ganha ainda mais valor por ter permitido não só o encontro de precári@s vindos de variadíssimos sectores, como também e sobretudo por ter partido e iniciado uma cultura de entendimento e participação colectiva entre movimentos de estudantes, de precari@s, de imigrantes, associações culturais, ambientais e um sindicato (SINTTAV).

Da iniciativa do MayDay surgiu um movimento que pretende continuar o que teve início naquela parada, são @s Precári@s Inflexíveis (PI). Pretendemos continuar a colocar a precariedade tanto na agenda política como nos meios de comunicação e juntar pessoas que vivem a precariedade de diversas formas como também, e sobretudo, dar visibilidade a essa estranha forma de vida cada vez mais normalizada pela imposta impossibilidade de alternativa. No tom da performance, da festa, do debate, da acção de rua torna-se possível agitar consciências, organizar respostas, pensamento crítico, cultura de combate.

Na moção A o trabalho dos jovens do Bloco e da sua coordenadora não são os mesmos mas complementam-se. Se a direcção dos jovens deve olhar para as escolas e levar para lá o mundo e a política, construindo também o Bloco, os jovens activistas devem estar aí, nos movimentos, com @s outr@s, contribuindo e participando nas respostas, no combate, construindo o socialismo.

E tu, FERVES?

CONTRIBUTO DE ANDRÉ SOARES, CRISTINA ANDRADE, JOSÉ FONSECA, MARÍLIA FERNANDES, RICARDO SALABERT

O nosso regime democrático não tem tido capacidade de desenvolver políticas de emprego que contribuam para a melhoria da qualidade e dignidade de vida da população, tendo-se mesmo verificado uma perda significativa de direitos de trabalho (cerca de 18% dos trabalhadores assinam recibos verdes). Esses verdadeiros atentados às/aos trabalhadoras, perpetuam a precariedade – laboral e, conseqüentemente, social.

Cada vez mais se tem verificado, por parte das entidades empregadoras, um aproveitamento desmedido do elo mais fraco da relação laboral – as/os trabalhadoras! Uma das mais comuns formas de exploração é o recrutamento de prestadores de serviços em vez da contratação de funcionários/as. O que parece ser um simples ajuste de vocabulário é, factualmente, a liberalização de um novo mercado de trabalho escravo.

Poucas pessoas se apercebem da desprotecção em que se encontram, cada vez que entregam um recibo verde ao Senhor-do-feudo-corporativo, sem acesso a vários direitos laborais básicos, conquistados com muito suor, muito sangue e muitas cargas policiais – são eles as férias remuneradas, o subsídio de desemprego, o subsídio de doença (que escapa à maioria dos/as avençadas) e o mais importante dos direitos - a protecção contra qualquer forma de despotismo autocrático.

O trabalho em regime de falsos recibos verdes é uma realidade que afecta bastante as classes jovens da sociedade. Temos por um lado a realidade dos/as estudantes universitárias/os que necessitam trabalhar para poder financiar os seus estudos (deslocações, casa, propinas, apontamentos...). Por outro lado temos as/os jovens que não tendo ingressado no ensino superior (ou não o tendo concluído) procuram integrar-se no mercado de trabalho, mas que, por não terem uma formação superior, se encontram limitados no que respeita às possibilidades de emprego e, não raro, possuem fracos conhecimentos sobre a realidade do mercado laboral. Estes factores combinados tornam os indivíduos desta faixa etária particularmente vulneráveis a cenários de exploração laboral. Há ainda o caso das/os jovens licenciados que têm extrema dificuldade em encontrar emprego, o que os/as conduz às situações típicas de precariedade laboral.

As empresas de trabalho temporário cuja actividade consiste, em termos gerais, no aluguer de mão-de-obra barata são as principais beneficiadas uma vez que têm à disposição um enorme arsenal de jovens mal informados e necessitados, para quem um típico contrato em regime de falsos recibos verdes “era mesmo o que vinha a calhar”. Trabalho pago à hora, que leva muitas vezes os/as jovens a desinteressarem-se pelos estudos com o intuito de “ganhar mais algum”, parece uma excelente oportunidade durante o primeiro ano de inscrição nas Finanças. Geralmente, a dura realidade começa a pesar quando os descontos para a Segurança Social se tornam obrigatórios e o salário passa a mal cobrir as despesas.

Face a isto, não nos podemos permitir baixar os braços, pactuando com a contínua promoção de acções que

perpetuam a desigualdade social e que restringem a vida de quem depende do seu trabalho a uma permanente inconstância.

É essencial o desenvolvimento de campanhas de informação e sensibilização sobre as realidades laborais e os seus direitos, capazes de dotar as/os jovens de uma avaliação crítica mais fundamentada sobre as suas alternativas. Ao tomarem conhecimento desta realidade, estas pessoas estarão mais despertas para todos os aspectos negativos da realidade laboral e assim mais capazes de compreender a complexa teia de relações que a precariedade laboral tende a gerar e da qual se alimenta.

Aos/às precárias, o máximo que lhes é permitido, por uma sociedade refém do Capital, é o anonimato de um depoimento na Comunicação Social; é o anonimato de uma denúncia a uma Inspeção-Geral; é o anonimato relativo de uma Manifestação; é o anonimato relativo de uma Petição. Para estas pessoas “dar a cara” pelos seus direitos pode significar a perda do pouco que têm (o direito a trabalhar).

O FERVE - Fartos/as d’Estes Recibos Verdes nasceu deste contexto e ambiciona dar a força e o apoio de todo um colectivo a estes/as precárias em particular. A luta das/os prestadores de serviços não é, contudo, uma luta exclusiva deste sector, mas uma luta de todas/os os trabalhadores. Por isso, o FERVE não é, nem pode ser, um grupo de 2/6/20/300 indivíduos. Tal como o FERVE tem de ser um Precário Inflexível, um Intermitente, um Bolseiro de Investigação, o FERVE também tem de ser todas/os os que, não estando subjugados a esta condição, têm o poder de reivindicar o que os seus pares nunca conseguirão.

Lembremo-nos que uma classe é apenas tão forte quanto o seu elo mais fraco e, na classe trabalhadora, ele chama-se **precariedade!** O FERVE, face à gravidade do contexto actual, diz: “Jovens, uni-vos! Pela dignidade, contra a precariedade!”

FERVE – Fartos/as d’Estes Recibos Verdes

(representado por:

André Soares

José Carlos Fonseca

Marília Fernandes

Ricardo Salabert

Sandra Cristina Andrade Carvalho)

Cultura Intermitente

CONTRIBUTO TIAGO IVO CRUZ

A produção cultural em Portugal tem sido um dos maiores motores de renovação social nos últimos 30 anos. A confrontação com novas realidades que a linguagem artística permite acontecer obriga a uma reflexão constante da sociedade em que se insere e é vital que a ligação entre a educação e cultura se desenvolva nesse mesmo sentido. Existem no entanto motivos de preocupação crescentes para acreditar que o aparelho de ensino artístico e as instituições culturais existentes serão progressivamente postas de lado.

Não obstante a relativa obscuridade a que este sector sempre se dignou é importante não menosprezar o que é o aparelho cultural hoje em dia. Portugal tem neste momento um forte tecido de instituições culturais que ganham relevância a cada dia que passa: conservatórios de música que produzem eficazmente sucessivas gerações de músicos historicamente bem sucedidos internacionalmente; escolas e universidades que fornecem profissionais do espectáculo a todo o país; uma rede de cine-teatros reconstruídos que permitem o acesso à cultura em todo o interior; instituições com recursos e relevo internacional para dinamizar toda a produção cultural; e uma proliferação de pequenas iniciativas inovadoras com profundo impacto local. É por isso errado pensar na cultura com o usual fatalismo a que o português se reconhece, e é também profundamente errado um governo se apoiar nesta descrença portuguesa para atingir fatalmente todo o sector.

Estão neste momento em curso três iniciativas governamentais cujas enormes consequências são inversamente proporcionais aos pequenos sussurros com que as mesmas são mencionadas nos corredores ministeriais: a reforma do ensino artístico; a proposta de lei para os intermitentes do espectáculo; e o processo de execução lenta de todas as companhias nacionais. Em conjunto estas iniciativas revelam uma espantosa coerência interministerial e são uma importante pista para toda a acção deste governo.

A reforma do ensino artístico tem como alvo as escolas artísticas especializadas com maior sucesso histórico: os conservatórios de música. A ministra da educação entende que não deve suportar a educação musical de todos aqueles que estudam música em paralelo com o liceu ou universidade. Estes alunos prefazem 90% dos alunos e privá-los de acesso ao ensino musical irá provocar um vácuo de profissionais em apenas uma geração. A ministra sabe e joga com demagogia para poupar uns trocos no sector da educação que menos recebe. A proposta de lei para o estatuto e contrato de trabalho dos intermitentes é declaradamente uma farsa. A especificidade laboral dos trabalhadores do espectáculo (técnicos do audiovisual, actores, músicos, bailarinos e artistas circenses) é impossível de enquadrar no código laboral vigente pois é marcada por períodos curtos de apresentação ao público, e grandes períodos de preparação para apresentação. Ora a proposta de lei do PS não só não define um modelo de segurança social para os intermitentes, como nem sequer propõe um contrato de trabalho que respeite as características da intermitência.

Então qual a razão para esta lei? Analisando as consequências da execução da proposta fica então patente que

o intuito não é resolver o problema dos intermitentes mas sim tornar intermitentes os trabalhadores das companhias nacionais. Esta lei abre o caminho para que as duas únicas orquestras sinfónicas nacionais sejam terminadas, e para que a única companhia nacional de bailado deixe de existir. É necessário acrescentar que foi esta a linha de acção empreendida por Santana Lopes durante o seu secretariado da cultura. A implementação destas leis irá não só terminar com a educação de músicos profissionais, como também terminar com a produção cultural de referência. É agora mais do que nunca necessário uma organização e criação de alternativas por parte de estudantes e artistas profissionais que imponha e defenda os seus direitos através de uma política cultural de longo prazo. Uma política que se comprometa a desenvolver e não a destruir periodicamente todo o trabalho realizado.

Sobrevivência é cada vez mais o imperativo da criação artística, e já não há espaço para baixar os braços. É este o momento de acção.

Luta dos Intermitentes: da praxis à consciência de classe

CONTRIBUTO DE BRUNO CABRAL

Na era da cultura massificada, as palavras “teatro”, “cinema”, “televisão” e outras artes do espectáculo são geralmente sinónimas de “sonho” e “lazer”, eventualmente “alienação”, “mobilização”, ou “intervenção”, mas dificilmente o espectador imaginará que a vida das pessoas por detrás das produções são precárias. Porque a ficção faz sonhar, a imagem veiculada é sempre de profissionais de sucesso, que vivem bem, fazem o que querem, porque a indústria do lazer e os meios de comunicação criam referências sociais cor de rosa, dificilmente se pensará nas terríveis condições de trabalho das séries ou de muitos programas de televisão. Pois é, a esmagadora maioria dos trabalhadores das artes do espectáculo e do audiovisual estão a recibos verdes, sem direitos laborais, nem direitos sociais. São milhares de trabalhadores desagregados, trabalhando em sectores muito diferentes, técnicos e artísticos.

Nunca são abrangidos por contratos de trabalho porque as leis laborais nunca foram pensadas para dar direitos a quem trabalha por períodos curtos sucessivos para entidades empregadoras diferentes, é isso que chamamos a “intermitência”: os espectáculos, as rodagens, a grande parte das apresentações culturais têm um determinado tempo de vida, e depois acabam. Os trabalhadores passam assim de um grupo para outro, e é esta mobilidade que permite a diversidade das produções. Por isso dizemos que a “intermitência” é a natureza da profissão. Mas esta intermitência não deveria significar insegurança laboral, injustiça social.

Os intermitentes têm ainda por cima muita dificuldade em organizarem-se pois não têm local de trabalho fixo, os colegas variam de produção em produção, a disponibilidade de cada um é intermitente como a sua profissão (um assistente de produção, por exemplo, em cinema, nunca trabalha menos de 12h por dia, 6 dias por semana, durante vários meses!).

Há um ano surgiu a Plataforma dos Intermitentes, que junta mais de uma dúzia de associações e sindicatos da dança, do teatro, do cinema, do circo, da música e do audiovisual, lançando uma petição exigindo uma lei laboral que proteja os profissionais.

O movimento tem ganho uma influência crescente, conseguindo juntar cada vez mais pessoas nas suas diversas iniciativas. No último dia de sensibilização, conseguimos que fosse lido um manifesto em quase todas as apresentações de teatro do país, em muitas filmagens, festivais e ensaios. Este manifesto alertava e consciencializava os colegas e os públicos para a realidade laboral intermitente. Quando se lê um texto sobre precariedade nas plateias de todo um país, consegue-se chegar a milhares de trabalhadores e espectadores ao mesmo tempo, que não podem deixar de ouvir este grito de afirmação.

Num sector em que, até há pouco tempo, as preocupações específicas de cada uma das áreas se sobreponha a

uma dinâmica transversal que permitisse exigir direitos básicos para todos, em que não havia poder reivindicativo, em que mesmo a noção de “intermitente” do espectáculo era inexistente, em que cada um estava metido no seu canto, uma grande união e uma identidade de movimento emergiu.

Através de um discurso muito concreto sobre as injustiças dos recibos verdes e da falta de direitos laborais, conseguimos criar esta nova consciência de classe intermitente. As perspectivas de reivindicações consistentes aos vários níveis do poder político e a prestação regular de contas sobre os avanços das discussões e das iniciativas fizeram com que muitos acreditassem no movimento e o apoiassem.

É um movimento crescente que, em breve, deverá sofrer a sua primeira derrota, pois o governo avançou com uma lei que é só fogo de vista. Em vez de regulamentar os intermitentes, vão atingir os colegas que têm actualmente contrato de trabalho e precarizá-los. Abrimos a boca e somos comidos pelo Sócrates, pois é o que vale um governo prepotente, arrogante e autoritário. Mas a consciência e a capacidade de luta consolidaram-se. Por enquanto é 1 a 0. Agora vamos ver a desforra.

Nos vários movimentos, é através de discursos e acções concretas que podemos despertar os sentimentos de opressão e criar combatividade, em vez de gritar no vazio contra o sistema capitalista. E é com a junção das várias lutas emancipatórias que vamos dar lugar ao socialismo.

MayDay Lisboa 2007: um balanço de uma experiência que conta

CONTRIBUTO DE TIAGO GILLOT, precário estagiário

No 1º de Maio deste ano houve uma novidade: a tímida voz do precariado ouviu-se pela primeira vez em Portugal, com o MayDay Lisboa 2007. Operadores de call-center, investigadores e trabalhadores-estudantes, (alguns) imigrantes, gente farta da incerteza e de pouco ganhar depois de muito trabalhar, vários colectivos de estudantes, outras associações e até um sindicato, desfilaram pela visibilidade das precárias vidas que nos querem impingir. Algumas centenas cruzaram Lisboa, ao ritmo do som, da dança e da provocação performativa. Uma experiência que juntou gente que não vai cabendo noutros sítios, mas que quer fazer e aprender. Partilhá-la aqui pode ser um contributo para os nossos debates.

Uma parada de precários, que acrescentasse espaço e imaginação aos desfiles tradicionais. Uma ideia que veio de fora, porque não era preciso inventar o que já existia (noutras Europas, há um par de anos). MayDay: porque é o dia de Maio e porque é uma urgência recusar as precariedades. No trabalho e no resto da vida. O desfile teve gente e alegria. Foi um percurso diferente, com actividades e ideias próprias. No final, juntou-se ao cortejo da CGTP porque não fazia sentido não estar com toda a gente. A iniciativa conseguiu, no entanto, um espaço próprio, garantindo a visibilidade (também na comunicação social) que nos tinha levado a pensá-la. Para um balanço final tem que contar uma preparação que, além de ter sido um espaço de imaginação e proposta, nos “obrigou” a um contacto importante com milhares de precários (através de muitas distribuições de panfletos em call-centers, por exemplo) e a experiência de envolver tanta gente que costuma estar relativamente longe destes temas.

Com todas as limitações próprias de uma estreia, ainda por cima realizada num contexto difícil e sem experiências anteriores de organização de precários, a parada MayDay conseguiu fazer o essencial: deu um empurrão para agendar (e até mesmo nomear) a precariedade, realidade crescente mas com pouco tempo de antena. É por isso que, não tendo qualquer pretensão organizativa, ajudou nos primeiros passos do FERVE (Fartos Destes Recibos Verdes, Porto) e foi o espaço de encontro que possibilitou o aparecimento dos Precários Inflexíveis (Lisboa) – dois grupos de precários é mais do que podíamos imaginar há um ano atrás.

É sabido que o MayDay contou com a participação de jovens do Bloco, muitos deles activistas nos diversos colectivos de estudantes que optaram por uma política aberta e rica, rompendo com o fechamento e o corporativismo reinantes que vêm remetendo a intervenção estudantil (e a vida nas escolas) para um vazio esmagador. Sabíamos que a precariedade também é assunto de estudantes e da Escola. Mas sobretudo sabíamos que precisamos de arriscar ir à procura das coisas, juntar vozes com diferentes tons e proveniências, inventar formas de organização que abrem espaços e alargam participações.

Também para estes jovens movimentos nas faculdades a iniciativa MayDay foi muito importante. Todos eles haviam surgido há pouco tempo, mas tiveram a vontade de “sair” da universidade ao mesmo que levavam os

temas das vidas das pessoas para dentro dela – a procura e a abertura, nas ideias e nas formas, precisam de espaços de concretização e aprendizagem.

Neste momento de reflexão, os jovens do Bloco podem olhar para a experiência do MayDay. Desde logo, porque a ajudaram a construir com a energia da militância que dedicaram em cada um dos movimentos que assegurou a iniciativa. Mas também porque nos ajuda a pensar no que queremos.

O Bloco tem que ser um ponto de partida para a intervenção social. Da mesma forma, essa aprendizagem e esses confrontos devem reflectir-se no Bloco, na sua organização e na sua política. Ou seja, precisamos de aprofundar a ideia de partido-movimento, que alimenta e aprende com a luta social que ajuda a construir. Dizer isto é recusar modelos de controlo sobre os movimentos e as perspectivas sectárias e auto-satisfeitas. Os jovens do Bloco têm que ser activistas nas escolas e faculdades, disponíveis para experimentar com outros sectores combativos (ou, simplesmente, “zangados”) construir espaços de reflexão e luta. Temos que disputar a Escola, esse espaço que se vai esvaziando e privatizando, mas fazê-lo sabendo que é preciso abrir temas e formas de fazer. Sobretudo, nunca podemos substituir a propaganda pela intervenção ou achar que “ter razão” é apurar as virtudes de um programa que nunca se confronta com a realidade.

O MayDay, por tudo o que já está dito antes, foi uma experiência que conta para estas reflexões e para as decisões que estamos a tomar nesta Conferência. Nela, apoio a moção “Começar de novo: jovens na luta socialista”. Porque quero e acredito num Bloco e numa juventude de intervenção e activismo.

A Geração Fevereiro 2007

CONTRIBUTO DE TIAÇO IVO CRUZ

Faço parte de uma nova geração, uma geração intervencionista, uma geração de debate, de opiniões, de acção. Uma geração que aprendeu o significado de democracia e liberdade não na luta contra a ditadura mas sim na luta pelo desenvolvimento social do país, a geração 2007, os **Jovens Pelo Sim**.

A campanha do referendo pela despenalização do aborto foi e é um tema que, fazendo parte do foro íntimo e pessoal, destruiu barreiras partidárias e sociais em torno de uma só mensagem e possibilitou sobretudo a que a sociedade civil se manifestasse e se incluisse mais facilmente na campanha. O **Movimento Jovens Pelo Sim** é de longe o melhor exemplo de participação tanto em termos de mobilização como nos resultados que obteve no referendo - a esmagadora maioria da população jovem portuguesa votou, e votou SIM com uma única mensagem, simples, clara e bem definida: a penalização não resolve o problema, a penalização humilha e persegue as mulheres.

O desastre da campanha do sim em 98 foi marcado pelo uso de argumentos que nada contribuíram para o esclarecimento dos cidadãos. Optou-se por isso, num enorme esforço de cooperação, pelo debate concertado. Em nenhum momento se pode acusar a campanha pelo Sim de se ter rebaixado ao nível de César das Neves, Laurinda Alves ou Graça Franco. Estes apresentaram ideias absolutamente histriónicas e incongruentes, o tão afamado "Assim Não" de Marcelo Rebelo de Sousa não foi mais do que uma cereja no topo do bolo, e é aliás bom representante da triste e pouco ambígua neutralidade do PSD.

O referendo mudou o país, opiniões e ideias polarizaram-se, a democracia está viva em Portugal. É no entanto o extremismo de ideias que, mal absorvido pode e está já a provocar sérios perigos para a implementação da nova lei da IVG. Nos EUA desde 1973 que o caso Rowe vs. Wade obteve no Supremo Tribunal de Justiça o precedente legal que permitiu a realização segura de um aborto até às 24 semanas, posição aliás recentemente alterada pelo novo corpo de juizes de extrema direita que decidiu limitar o acesso à IVG mais tardia. A força e raio de acção político e social das organizações religiosas nos EUA é espantosamente agressiva, traduzindo-se através dos movimentos pro-life numa autêntica perseguição "moral" a todas as organizações de apoio à mulher, e não poucas vezes ataques directos e absolutamente abjectos às mulheres que a eles recorrem. Todas as semanas organizações pro-life revelam ilegalmente listas de mulheres que praticaram aborto em clínicas privadas. Todas as semanas são formadas vigílias mesmo em frente a clínicas legalmente autorizadas. Todas as semanas dezenas de mulheres são humilhadas publicamente com manifestações à porta de casa. Em Portugal observou-se durante a campanha exactamente o mesmo tipo de discurso.

Existem quatro pontos vitais onde a legitimação quase inconsciente de tais actos ocorre na direita portuguesa:

- 1) um desrespeito tradicional pela legitimidade e implementação da lei;
- 2) desrespeito por instituições democráticas e republicanas que não incorporem a religião no sistema governativo;

3) o uso da acção governativa como aparelho de imposição de uma ordem social segundo a tradição judaico-cristã;

4) uma legitimação moral, religiosamente justificatória de todos os seus actos e posições.

Tudo isto é acompanhado por um discurso nacionalista intelectualmente aberrante de manutenção da tradição de família - aparentemente em constante declínio - e cultura lusitanas - sempre ameaçada por forças exteriores. O caso do barco do aborto é o exemplo mais gritante de absoluta ilegitimidade do uso do músculo governativo.

Na noite do referendo assistimos ao discurso do balancete – “se patrocinam a morte têm que patrocinar a vida”. É preciso que fique bem claro que políticas de incentivo à natalidade absolutamente nada têm a ver nem podem ser contrapostas à IVG. É por isso extremamente necessário que não só o poder judicial seja exigente no que respeita ao campo de acção de movimentos pró-vida, como ainda mais premente é que a sociedade civil não se desmobilize da questão e acompanhe todo o processo de implementação da lei, nunca deixando que se crie um ambiente geral legitimador do “**balancete**”.

Este trabalho inicia-se na educação. A implementação de uma educação sexual livre de preconceitos nas escolas portuguesas é talvez o maior desafio que se apresenta aos jovens do bloco, e é tomando um rumo de trabalho directo com, escolas, liceus e universidades que se criam as condições para provocar a mudança necessária.

Este é o sítio ideal para o novo rumo dos Jovens do Bloco.

REFERENDO: o exemplo da unidade

CONTRIBUTO DE ANA BASTOS E JOÃO CURVELO

No passado mês de Fevereiro, a Esquerda portuguesa conquistou a maior vitória dos últimos anos, senão das últimas décadas.

O Referendo à despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez assumiu-se como uma batalha civilizacional que opôs uma sociedade medieval, opressora e discriminatória, a uma sociedade livre e democrática. A vitória do SIM acabou com uma visão feudal das mulheres e reconheceu-lhes plenos direitos de cidadania. Esta foi também uma vitória da Esquerda, que, depois da derrota em 1998, reconheceu que a luta teria de ser radicalmente diferente. E foi essa capacidade de aprender com os erros e de seguir por outros caminhos que nos permitiu sair ganhadores desta batalha.

1. “O inimigo nº1”

A despenalização da IVG foi, desde sempre, uma das maiores reivindicações do movimento feminista. Uma sociedade que se intromete na sexualidade das mulheres, que lhes impõe a maternidade como condição feminina, que não lhes reconhece o direito de tomar decisões sobre a sua vida e que as leva a julgamento por o fazerem é uma sociedade que não lhes reconhece liberdade, autonomia, responsabilidade, em suma, direitos de cidadania. É uma sociedade conservadora e antidemocrática. A luta pela despenalização da IVG é também a luta por uma outra representação da mulher numa sociedade verdadeiramente democrática. Era, portanto, esta visão conservadora da mulher que era necessário combater, era esse o nosso único adversário. O Bloco de Esquerda entendeu que, em vez de espartilhar a Esquerda, era necessário lutar com todos aqueles que, como nós, quisessem derrotar o conservadorismo e a hipocrisia vigentes. Era preciso juntar uma grande maioria social em torno deste objectivo, era preciso, portanto, fazer convergir e unir campos que se reconheciam numa linha comum de acção contra a criminalização das mulheres.

Esta estratégia permitiu-nos envolver diferentes matrizes políticas e construir vários movimentos transversais e unificadores. A escolha do BE foi a unidade e a convergência, ao contrário de outros que, com uma perspectiva sectária das lutas, apostaram numa campanha de demarcação. Os jovens da Moção A reconhecem a estratégia assumida como a correcta para alcançar a vitória e consideram-na a mais radical, por ser a mais transformadora.

2. Os jovens nos movimentos

Os jovens do BE empenharam-se activamente na campanha pela despenalização da IVG, participando e promovendo as iniciativas que surgiram. Estiveram principalmente envolvidos em dois movimentos que se mostraram fundamentais para a vitória do SIM: Médicos pela Escolha e Jovens pelo Sim.

Os Médicos pela Escolha apostaram na informação médica e científica e fizeram uma campanha de esclarecimento. Foram fundamentais para quebrar a ideia promovida por alguns de que a classe médica era contra a IVG e para colocar esta questão no âmbito da saúde pública.

O movimento Jovens pelo Sim foi essencial para a vitória, já que a derrota anterior se deveu em boa parte ao desinteresse dos jovens em participar no referendo. O movimento conseguiu unir jovens de várias cores partidárias, diversas associações juvenis, movimentos sociais, jovens católicos, artistas e rapidamente conseguiu aproximar muitos que se reconheciam na nossa campanha e queriam participar activamente. Foi para muitos a primeira experiência de activismo e isso reflectiu-se no entusiasmo e na vontade em experimentar novas formas de intervir. A abertura do movimento permitiu-nos entrar em contacto com outras perspectivas e reflexões, trocar experiências, aprender. Os Jovens pelo Sim organizaram diversas iniciativas dirigidas em especial aos jovens e intervindo nos seus espaços privilegiados – escolas, faculdades, bares, cafés, concertos –, apelando, deste modo, à participação no referendo. Foi um movimento verdadeiramente mobilizador e um exemplo de trabalho em unidade.

Os jovens do BE também promoveram iniciativas nas faculdades, procurando dinamizar núcleos pelo SIM. Esta experiência foi muito positiva e o trabalho em unidade durante o referendo concretizou-se mais tarde na criação de colectivos de escola ou de faculdade que conseguiram abrir espaços de intervenção, reflexão e discussão inexistentes até aí.

Vale a pena referir que uma parte dos jovens que conhecemos durante a campanha se juntou mais tarde ao BE ou manteve os laços de activismo com os jovens do BE nas escolas e faculdades, intervindo sobre outras questões.

Os jovens não quiseram deixar passar esta possibilidade de transformar a sociedade, o que ficou bem claro na sua participação e dinamização dos movimentos. A vitória da liberdade e da democracia sobre o conservadorismo é, em grande medida, uma vitória dos jovens.

Os jovens da Moção A consideram que a nossa participação na campanha do referendo é um exemplo do que devem ser as nossas linhas de acção para o trabalho de jovens.

Sabemos que, para transformar o mundo, é necessário criar grandes bases sociais que apoiem as nossas causas. Isso só se consegue através da abertura, pluralidade, convergência e cooperação. Nunca através do sectarismo e da demarcação política. Sabemos que o trabalho em unidade não põe em causa a nossa identidade – pelo contrário afirma-a e fortalece-a.

Afirmamos a convergência e a unidade em torno de causas fundamentais como a estratégia mais mobilizadora e transformadora da sociedade – e, portanto, a mais revolucionária.

Começar de novo: movimentos de estudantes

CONTRIBUTO DE MARCO MARQUES

É indiscutível que o movimento estudantil se encontra actualmente em refluxo. Foram anos de luta mas também anos de pesadas derrotas. As contestações à lei das propinas mantiveram-se acesas até ao início do séc. XXI, depois, com o aumento exponencial do seu valor, os estudantes não conseguiram encontrar uma resposta de luta e este processo culminou quando, na última grande manifestação, assistimos a uma divisão em Entrecampos e esta se bifurcou, seguindo uma parte para o MCES (Ministério da Ciência e Ensino Superior) e outra para o Parlamento. Depois destas últimas reformas a faculdade é hoje um espaço onde as contradições do capitalismo se encontram mais em evidência: as propinas, a lógica de mercado na organização de cursos, os empréstimos, a falta de órgãos democráticos, a precarização d@s trabalhadores estudantes... Querem transformar a Escola numa empresa. Estas reformas têm sido pouco ou nada contestadas e isso é fruto, não só da apatia que se vive em termos de espírito crítico dentro dos espaços universitários, mas também da estratégia dos Governos em aplicar as leis em épocas de difícil mobilização, assim como da burocratização dos poucos espaços onde @s estudantes têm representação ainda existentes dentro da orgânica das faculdades, como é o caso do Conselho Pedagógico e Senados, em que a representação d@s mesm@s se faz muitas vezes a partir de pessoas com ligação à AE da Escola e que depois não comunicam os resultados das reuniões para o exterior. Outro problema é o da despolitização destas associações, que se transformam cada vez mais em comissões de festas sem qualquer tipo de programa político.

Com este panorama, a intervenção no Superior torna-se difícil mas muito necessária. Antes de mais, o problema principal que se coloca é o de juntar pessoas. Uma resposta para este problema é criação de colectivos de estudantes. Estas estruturas criadas há pouco mais de um ano, falando da experiência de Lisboa, primam pela sua diversidade de organização e de actividade. Esta diversidade é necessária pelas diferentes realidades de cada Escola e pelas pessoas que os constituem também. Através de actividades como debates, visualização de filmes, jornais e espaços de reflexão, como os blogs, estas experiências conseguiram despertar @s estudantes para temas como a guerra, precariedade, temas específicos de cada instituição, ou até para mobilizações para greves, manifestações ou protestos no decurso das políticas de privatização do Ensino Superior.

A experiência de colectivos começou este ano a dar os seus primeiros frutos: falo da luta contra o Regime Jurídico para as Instituições do Ensino Superior (RJIES). Foi a primeira vez que estes colectivos se juntaram para uma acção concreta de protesto contra uma lei. Devo dizer que para o arranque desta união, o BE teve um papel fundamental, ao criar as condições necessárias para que os contactos de pessoas destes colectivos, próximas ao BE ou mesmo do BE, se aproximassem para uma reunião onde nasceu o movimento unitário Pára a Lei, que foi uma das únicas forças mobilizadoras de estudantes para o protesto contra o RJIES. As bases estão lançadas para a criação de um movimento que apele a uma Escola alternativa, uma Escola mais

democrática, pública, gratuita e universal.

É fazer as coisas de uma forma diferente, com a intervenção de tod@s, com o objectivo de questionar a Escola. É pensar as coisas que fazemos e para isso é preciso chamar as pessoas a pensar connosco. É convidar toda a gente a participar na vida da Escola, questionando o modo como tem funcionado o movimento associativo e participar nele e com ele, sempre que isso signifique energia e novidade, com abertura e sem preconceitos. É fazer acontecer coisas com um objectivo, e não apenas fazer por fazer. É chamar o mundo para a escola e quebrar a barreira entre o tecnicismo da análise de laboratório e pensar as coisas de uma forma global. É pensar as coisas também depois de as termos feito e crescermos com essa discussão. É também a fazermos coisas em conjunto que conseguiremos continuar a responder a este desafio. Juntar pessoas.

São estas políticas de abertura, unidade e pluralidade que fazem os jovens do Bloco crescer.

Apoio a moção A exactamente por isto.

Intervir para transformar

CONTRIBUTO DE BRUNO MAIA

Enquanto jovens de esquerda, herdamos da história os erros e os sucessos de um confronto político que nos conduziu, no final do século XX, ao fracasso das esquerdas tradicionais. Por isso sabemos hoje, que o combate socialista não produzirá uma real transformação social, enquanto não formos capazes de recusar duas estratégias políticas erradas.

A primeira diz respeito à acomodação e ao facilitismo das políticas institucionais. O nascimento do Bloco possibilitou a criação de um confronto político com maior peso na sociedade. Não só pela dialéctica que soube criar com as diferentes expressões de intervenção social existentes e criando novas formas de o fazer, mas também pela sua presença no parlamento, assembleias municipais, executivos camarários, tornando-o instrumento importante de amplificação de vozes dissonantes ou usando-o como espaço de criação de confronto político permanente e público – permitindo-lhe fazer oposição às políticas do dia-a-dia. Mas o Bloco sabe que para ganhar a maioria social, não pode restringir a sua intervenção ao institucionalismo – deve empenhar-se na intervenção social, na criação de espaços políticos na base, no enfrentamento diário e militante em todos os locais onde nos for possível chegar. E é por isso que defendemos a intervenção nas escolas, porque elas são o local privilegiado para ganharmos vozes e disputarmos maiorias.

A segunda estratégia errada refere-se ao fechamento ideológico. As experiências dos últimos anos – e a própria experiência da criação do Bloco – oferecem-nos algumas das lições mais importantes para a construção de uma força de esquerda ganhadora: a política unitária no combate concreto. Sabemos hoje que só encetaremos um real combate socialista se soubermos crescer, se soubermos conquistar a tal maioria social. Para isso é necessário recusarmos purismos ideológicos traiçoeiros, que nos centrem em nós mesmos e nos fechem ao resto do mundo. Não há partido que cresça e conquiste maiorias, enquanto não for suficientemente aliciante para elas. Não há partido que combata o neo-liberalismo, enquanto não for capaz de recusar o sectarismo e abrir-se à sociedade, sabendo incluir em si as diferentes formas e expressões de descontentamento ante este sistema opressivo. Esta é uma das mais importantes lições que @s jovens do Bloco tiram da sua existência – pelo empenho na campanha pela despenalização do aborto, pela criação dos já existentes núcleos escola, nas marchas pela marijuana e LGBT, soubemos criar alianças ganhadoras, pelas quais crescemos e aumentamos a nossa implantação na sociedade. E é por isso que defendemos a intervenção nas escolas em núcleos unitários, porque é na unidade que disputamos a maioria.

Mas o sectarismo é algo mais do que errado. É traiçoeiro para a esquerda, porque ele não só destrói as possibilidades de reconstrução de uma esquerda combativa – favorecendo portanto o avanço do neo-liberalismo – tal como mina e destrói toda e qualquer luta socialista. Um/a sectári@ purista não entende a importância dos combates às opressões de género e sexuais, não percebe a importância do MayDay ou do FERVE na luta social, não sabe que o socialismo também se constrói contra o racismo ou o proibicionismo. Porque @ sectári@ purista acha que

conquista massas apenas pela proclamação do socialismo. Acha que a propaganda e a disciplina identitária são o suficiente para despoletar uma revolução. Acha que nenhum destes temas interessa ao trabalhador. Pois @sectári@ purista engana-se e engana @s seus/suas – disputar todas estas lutas é disputar todo o espaço político que enfrenta o capitalismo. Sair da discussão teórica e intervir em todas as frentes é ser mais à esquerda, é ser mais militante, é ser mais combativ@.

Nesta conferência, @s jovens do Bloco que apoiam a Moção A sabem que aprendem na luta concreta, no activismo diverso. E sabem-no porque estiveram lá! Sabem-no porque organizaram marchas anti-proibicionistas, marchas LGBT, organizaram precári@s, organizaram jovens estudantes. E é assim que se cresce em política: na acção, recusando fazer grandes discursos ideológicos para depois não intervir.

É isto que se joga nesta conferência: um futuro para @s jovens do Bloco, construindo movimento, intervindo, organizando, agitando, estabelecendo laços e conquistando maiorias concretas, ou um futuro que esquece todos os combates e toda a acção real em favor de um qualquer funcionamento teórico e asfixiante, quando na verdade fá-lo porque é incapaz de organizar movimento social. E é porque a primeira opção me parece mais transformadora que apoio a Moção A, porque estivemos e queremos continuar a estar ao lado de tod@s <mailto:tod@s> @s que realmente combatem o capitalismo.



Quem não deve não teme

Muitas das discussões no processo preparatório desta conferência têm passado pelo debate em torno do activismo (ou a sua falta) dos jovens do BE, sobre quem seriam os «verdadeiros» activistas e sobre o balanço do trabalho de jovens nos últimos dois anos e, por consequência, também sobre o balanço da coordenadora nacional de jovens, responsável por esse mesmo trabalho.

A moção B, que os autores deste texto subscrevem, recusa-se a falar de «verdadeiros» e «falsos» activistas. Consideramos que existem activismos diversos nos jovens do BE e que ambas as listas dinamizaram e participaram dos mesmos. Consideramos por isso mesmo abusivo que a moção A realize o seu apelo de voto (consultar http://www.hddweb.com/91713/jovens_A.pdf) com base numa amostra de actividades realizadas, em que muitas delas foram produto de trabalho conjunto de activistas das duas moções, como é o exemplo do trabalho sobre o RJIES, dos Acampamentos Nacionais de Jovens ou mesmo de colectivos em que existem pessoas das duas moções e mesmo de partidos diferentes.

Por outro lado, consideramos que o que é fundamentalmente necessário discutir, em termos de balanço, é o que fez a anterior coordenadora nacional de jovens (CNJBE) para dinamizar esse activismo e não o que fizeram as diversas coordenadoras distritais de jovens, porque acima de tudo se esta é uma conferência nacional, é à coordenadora nacional que deveríamos pedir contas. E esta perspectiva nacional é ainda importante para pensarmos o que se passou fora de Lisboa, Porto e Coimbra, ou seja, nas regiões em que não há coordenadoras de jovens, e percebermos se a coordenadora nacional jogou aí algum papel ou não, isto porque na concepção dos subscritores da moção B, o trabalho dos jovens do BE a nível nacional tem de se estender muito para além destes centros urbanos.

O relatório de actividades da CNJBE apresentado a esta Conferência é por isso um ponto de partida importante, mostrando que foram poucas as actividades desenvolvidas pela CNJBE cessante, em particular no que toca à dinamização de campanhas e de activismo a nível nacional, bem como a falta de pontes com as diversas regionais por todo o país. Isto porque para nós, a próxima coordenadora deve ser um órgão activo na dinamização do trabalho de jovens a nível nacional (com campanhas e actividades nacionais, bem como no apoio ao activismo de base dos militantes do BE) e na ponte e estímulo à construção regional dos jovens do BE.

A moção B considera, por isso, importante não fugir ao balanço negativo da coordenadora nacional de jovens, consequência da dinâmica (ou falta dela) que lhe foi imprimida pela lista maioritária, porque é dessa constatação que podemos partir para fazermos melhor no futuro. Consideramos, assim, que a moção A se recusa a discutir o trabalho da CNJBE, com a justificação que de que fez muito activismo; mas na verdade, basta ver o apelo de voto da moção A para perceber que o activismo a que se referem aconteceu unicamente em Lisboa e Porto, e não à realidade dos jovens a nível nacional. Fugir à discussão sobre o balanço do trabalho de jovens realizado a nível nacional, e da coordenadora em particular, é por isso, para nós, fugir à discussão de qual a melhor política

para conduzir os jovens do BE nos próximos dois anos.

Por outro lado, essa mesma tentativa de fuga à discussão política é também expressa pelos métodos que têm vindo a ser utilizados no processo preparatório da Conferência de Jovens, a maior parte deles completamente estranhos ao funcionamento normal dentro do BE, nomeadamente no que foi o processo da última Convenção. Vejamos então os exemplos.

Em primeiro lugar, a introdução de delegados na conferência de jovens quando não houve um crescimento dos jovens que assim o justificasse, e tendo esse método sido proposto (sub-repticiamente) na lista maioritária à Convenção, foi passado sem nenhuma discussão política entre os jovens que a sustentasse. Em segundo lugar, o método de eleição de delegados por região que deixou de se basear no número de inscritos nas distritais para se basear no número de votos em urna, método nunca antes utilizado, que deixa de representar todos aqueles que se queiram abster e faz variar o número de pessoas a eleger.

Em terceiro lugar, o facto de poderem ser contabilizados votos que cheguem após o fecho das urnas, o que abre espaço à caça ao voto para modificar resultados eleitorais que não satisfaçam as listas concorrentes, numa lógica de «cacique» que não devia ser prática no nosso partido.

Finalmente, o facto de os debates preparatórios nas diversas regiões terem ordem de intervenção já estipulada, com a moção A sempre a abrir e a fechar o debate, quando as duas listas deveriam estar em pé de igualdade, através do sorteio.

Todos estes factores mostram na nossa opinião uma tentativa de fugir a uma discussão ampla sobre os problemas dos jovens do BE e das perspectivas e políticas para o mudar. Como diz o ditado, quem não deve não teme. E neste caso, a moção A, se não devesse nada, nada teria a temer em fazer uma discussão alargada com todos os jovens do BE, da forma mais democrática possível. Também não temeria dizer que existem bons activistas nas duas moções e que o que existe são diferentes políticas na condução do activismo para o futuro. O caminho da discussão dos diferentes projectos políticos é o mais difícil, mas é o único que pode ajudar os jovens do BE a crescer: o caminho do activismo e das lutas que só se fazem com discussão e clareza política. É essa discussão que queremos trazer a esta conferência de jovens, apresentando ideias e propostas claras que levamos à votação democrática de todos. Fugir às discussões sobre as diferenças políticas de como melhor construir os jovens do BE significa no final, que será a próxima coordenadora nacional de jovens a decidir sozinha, o que fazer nos próximos dois anos.

Subscrevem:

Bruno Mendes (Porto/Felgueiras), Daniel Martins (Braga), Délio Figueiredo (Lisboa), Flor Neves (Coimbra), Hugo Bastos (Lisboa), João Reis (Coimbra), Liliana Inverno (Coimbra), Manuel Afonso (Coimbra), Miguel Inocêncio (Faro), Nuno Geraldes (Braga), Otávio Raposo (Lisboa), Pedro Fidalgo (Porto/Felgueiras), Pedro Varela (Lisboa), Rafael Costa (Lisboa)

Uma breve reflexão sobre as Associações de Estudantes no ensino secundário e no ensino superior

CONTRIBUTO DE PEDRO CRUZ MENDES

Pretendeu-se sempre com o trabalho associativo criar um espaço de autonomia financeira capaz de fazer os próprios estudantes criarem dinâmicas do seu interesse. Ainda que não seja norma dominante da maioria das Associações desenvolver um trabalho promotor de massa crítica, com o aumento do desemprego, das desigualdades, da precariedade, da exclusão social, tem-se vindo a assistir a uma maior necessidade, por parte dos estudantes, de se consciencializarem, das mais variadas formas, sobre questões do foro social e político. Uma prova disso é a necessidade de criar redes e plataformas regionais, ainda que muito fracas para já, por parte das Associações ou até de colectivos empenhados em fazer esse trabalho. Os estudantes têm vindo a aperceber-se da importância da participação juntos desses organismos, considerando-os como um speaker's corner de reconhecida importância, criando massa crítica. O objectivo tem sido fazer com que as Associações de Estudantes transcendam as lógicas das viagens e das festas sem dúvida importantes para o convívio e passem, também, a criar diligências capazes de fazer as escolas e as universidades mais exigentes, tirando-as do conformismo instalado e acabando com os fatalismos do discurso corrente.

As associações devem, não só, promover participação de tod@s @s alun@s em prol de um trabalho colectivo, mas também impulsionar e apoiar colectivos que se formem, seja para debater questões específicas ou gerais. O "espírito académico" deve-se construir com todos em fóruns e assembleias gerais capazes de promover reflexões, que tornem a participação d@s alun@s exigente. Assim, espera-se das Associações de estudantes um papel emancipador de toda a comunidade académica.

Também não deve desligar-se dos corpos docentes ou das direcções das faculdades ou escolas. A necessidade de criar plataformas de entendimento resulta num debate rico e necessário, capaz de criar trocas de experiências, climas de divergência apropriados e construir consensos para a resolução de problemas internos e externos. A falta deles têm proporcionado o aparecimento de políticas que apanham @s estudantes desprevenid@s como aconteceu com o Processo de Bolonha, o novo Regime Jurídico do Ensino Superior ou os empréstimos a estudantes. Ainda nem estes estavam implementados e grande parte dos estudantes já dizia "o que será, será", arrependendo-se rapidamente quando se apercebem que nada fizeram para os deter. Bolonha veio a verificar-se um impulsionador do trabalho precário e um instalador da confusão dentro das faculdades nos processos de transição, o RJIES aparece como um amordaçamento à autonomia das universidades, implicando-as em acordos com fundações privadas e retirando-lhes a democratização, diminuindo o colégio eleitoral para a eleição dos reitores nas universidades públicas e os empréstimos são a prova de que as bolsas não resultam, endividando as famílias em compromissos com a banca. E quando já nada parece motivar alguém a mexer-se para dar um redondo não a políticas promotoras do individualismo, os estudantes devem unir-se concorrendo ou aliando-se às suas Associações de Estudantes, mostrando a necessidade de um debate constante que promova alternativas a teses que defendem que os pobres são culpados da sua condição de pobreza. As Associações de Estudantes devem ter um papel crucial na desmontagem destes argumentos, provando que a vida não se faz individualmente, mas em comunidade. As Associações de Estudantes hoje eleitas são prova disso mesmo.

Deixemo-nos de brincar aos movimentos

CONTRIBUTO DE CATARINA ALVES (TOTA) E RODRIGO RIVERA

É um facto que o movimento estudantil no ensino secundário não existe. As pequenas manifestações que vão existindo de quando a quando são uma prova de como os estudantes estão conformados com o actual ensino e o reflexo de uma descrença na mudança. Os estudantes já não se identificam com as velhas reivindicações exigidas desde há muito pelo pseudo-movimento estudantil: contra os exames nacionais, as aulas de 90 minutos, a falta de democracia nas escolas, as aulas de substituição, a inexistência de condições materiais e humanas e por uma verdadeira Educação Sexual. Embora todas estas bandeiras de luta tenham em vista uma Escola mais justa, igualitária, motivadora e menos conservadora, os estudantes não se sentem atraídos para lutar por elas. Este facto deve-se essencialmente a dois problemas que o movimento atravessa e que, no fundo, são os responsáveis pelo estado fracassado dele: o primeiro, porque não existe uma massa estudantil consciencializada; o segundo, porque não existem focos dinamizadores de movimento em cada escola que participem activa e criticamente nas decisões tomadas a nível local e nacional. A solução para esses dois problemas será o caminho a seguir para a criação de um verdadeiro movimento.

A única reivindicação que une realmente todos os estudantes só pode ser uma: Educação Sexual. Todos sabem o quanto ela é necessária. Não é preciso haver uma grande consciencialização pois os problemas que a falta de informação e de discussão originam à nossa sociedade são nítidos: a família patriarcal, o machismo, a homofobia, a gravidez na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis e a utilização errada de métodos contraceptivos. O segundo problema não é tão fácil de resolver: é necessário que os tais focos dinamizadores sejam criados. É necessário que dentro de cada escola haja estudantes que criem acção – aí entramos nós, Bloco. A consciência está criada, basta fazer “faísca” para que os estudantes entrem em acção

O S.E.Q.S.O. (Somos Estudantes e Queremos uma Sexualidade sem Opressões) é um movimento que vai exigir Educação Sexual nas escolas, através de abaixo-assinados, jornais, blogs, manifestações, debates, seja quais forem as estratégias que os estudantes queiram adoptar. Esta ideia vai ao encontro da resolução dos dois problemas, pois utiliza a consciência já existente e cria núcleos de acção locais. Enquanto Bloco, o nosso objectivo tem de ser apenas acender o “fósforo” para que o movimento passe a existir verdadeiramente, apartidário e autónomo.

O processo de construção de uma coordenadora

CONTRIBUTO DE RICARDO COELHO

Analisando os estatutos do Bloco de Esquerda, dois aspectos se destacam. O primeiro é que estamos perante uma organização que se assume como um movimento político e não como um partido no sentido clássico da palavra. Seguindo este espírito, o Bloco funciona de forma descentralizada, em torno de núcleos e de grupos de trabalho (GT). Ainda bem que é assim porque apenas desta forma se pode dar espaço para que os/as militantes e simpatizantes possam participar na vida interna deste movimento de acordo com a sua disponibilidade e os seus interesses, tendo a autonomia necessária para poder organizar iniciativas sem ter de pedir autorização a um qualquer controlador.

O segundo aspecto a salientar é a informalidade. As regras enumeradas nos estatutos do Bloco são suficientemente vagas para permitir a coexistência de variados modos de organização interna. Este é um bom princípio pois permite que um núcleo regional ou de jovens ou um GT sectorial defina o seu modelo organizativo, em função das sensibilidades presentes.

Foi com base nestes dois princípios que se foram formando núcleos e grupos de trabalho por todo o país. No que toca aos núcleos a realidade nem sempre é muito animadora mas pode-se dizer que têm funcionado suficientemente bem para sustentar variadas iniciativas de carácter local, envolvendo militantes num trabalho político quotidiano indispensável para conseguir ganhar um capital de apoio entre a população. Já os GT escasseiam e são, na sua maioria, incipientes. Urge portanto investir mais nestas estruturas pois os (ainda escassos) casos de sucesso mostram-nos como são uma forma de trazer mais gente ao Bloco, envolvendo novos/as militantes e simpatizantes num trabalho que vá de encontro aos seus interesses.

Mas os GT trouxeram uma realidade nova para o Bloco: as coordenadoras sectoriais. O BE já contava com uma Coordenadora Nacional de Jovens, eleita numa conferência nacional com um mandato de dois anos. Mas as coordenadoras a que me refiro divergem desta antes de mais por resumirem a sua acção a um sector específico de intervenção do BE. Não funcionam como uma direcção, no sentido de que não têm o direito de definir a linha de actuação dos GT que estão na sua base, sendo antes um espaço de encontro e de troca de ideias entre militantes com interesses comuns espalhados pelo país.

Dado a minha experiência pessoal, queria então referir-me à Coordenadora de Ambiente. Diz a moção “Por um Bloco mais à esquerda...” que esta foi designada pela Mesa Nacional de forma anti-democrática. O argumento até poderia ser válido, não fosse o facto de assentar numa mentira. Talvez seja mais fácil entender tudo se explicar como se formou esta coordenadora.

Ainda há poucos meses atrás, o BE estava quase a zero no que toca a intervenção na área do ambiente. Apenas existia um GT (em Lisboa) e nunca se tinha realizado uma iniciativa nacional nesta área. Foi precisamente para superar este impasse que surgiu a ideia de formar uma Coordenadora de Ambiente que agregasse militantes

interessados em desenvolver actividade política ecologista. Não foi muito difícil, penso eu, escolher os membros desta coordenadora. Um contacto próximo com os órgãos locais permitiu elaborar uma lista de nomes de militantes com intervenção na defesa do ambiente. Juntando esses/as militantes numa coordenadora nacional esperava-se (e espera-se) então dar um impulso à criação de GT de Ambiente locais. As Jornadas das Alterações do Clima acabaram por ser o pontapé de saída que faltava.

Este é um passo fulcral para que o BE tenha uma intervenção cada vez mais forte na área da ecologia social. Embora estejamos perante um processo informal, como é natural tendo em conta as fragilidades organizativas existentes, é completamente falso afirmar que a Coordenadora de Ambiente foi escolhida sem que a base que milita neste sector tenha algo a dizer. Os membros desta coordenadora foram escolhidos atendendo ao seu trabalho militante e não à sua tendência interna. No caso de Lisboa, foi o próprio GT que elegeu os seus representantes. O mesmo aconteceu mais tarde no Porto, à medida que o GT ganhava forma. No resto do país escolheram-se, como já referi, aderentes do BE com reconhecido trabalho na área do ambiente. Presumo pelo que afirmam que os camaradas da moção “Por um Bloco mais à esquerda...” prefeririam ver uma Coordenadora de Ambiente eleita num encontro nacional, talvez com base em diferentes moções representando as tendências internas como se faz na Convenção Nacional ou nessa espécie de mini-convenção em que se transformou a Conferência de Jovens. Tomar esse passo seria dar um golpe fatal numa coordenadora que ainda está a dar os primeiros passos e já deu provas de ser indispensável na vida interna do BE. Em vez de termos militantes escolhidos em função da sua actividade política e social teríamos representantes de tendências internas, eleitos numa conferência nacional onde se discutiria tudo menos o que é realmente relevante. Infelizmente, ainda há quem distinga os/as seus/suas camaradas em função da sua “cor política interna”. Para quem pensa assim talvez seja um sonho ver o Bloco de Esquerda a organizar periodicamente conferências sobre ambiente, educação, trabalho e outros temas sectoriais que servissem sobretudo como palco para disputas políticas internas. O seu sonho é o meu pesadelo.



O que tem o Acordo de Lisboa a ver com a Conferência de Jovens?

CONTRIBUTO DE: ANDRÉ PESTANA (LISBOA), DANIEL MARTINS (BRAGA), DÉLIO FIGUEIREDO (LISBOA), FLÁVIA POLIDO (LISBOA), FLOR NEVES (COIMBRA), HUGO BASTOS (LISBOA), JOÃO REIS (COIMBRA), JORGE FONTES (LISBOA), LILIANA INVERNO (COIMBRA), MANUEL AFONSO (COIMBRA), MIGUEL INOCÊNCIO (FARO), NUNO GERALDES (BRAGA), OTÁVIO RAPOSO (LISBOA), PEDRO FIDALGO, (PORTO/FELGUEIRAS), PEDRO VARELA (LISBOA), RAFAEL COSTA (LISBOA)

O tema do Acordo de Lisboa entre o PS e o BE, colocado ao debate nesta Conferência de Jovens pela moção B, tem sido muitas vezes atacado pelos camaradas da moção A como um tema que não competiria aos jovens discutir no âmbito desta conferência e teria os seus órgãos próprios de discussão. Discordamos deste posicionamento e gostaríamos de explicar o porquê de o trazermos ao debate aqui.

Em primeiro lugar, qualquer intervenção política dos jovens, ou de qualquer outro sector, para nós não se faz «no ar», mas faz-se perante um governo específico, uma situação política nacional e internacional específica, na qual procuramos enquadrar a nossa intervenção. Nesse sentido, o Acordo de Lisboa (integrado pelo nosso próprio partido) faz não só parte da situação política portuguesa, como da própria vida do BE em que nos inserimos. **Exactamente por não sermos uma Jota e não o querermos ser, achamos que a discussão de jovens e da melhor política para os construir faz-se dentro das discussões mais gerais do nosso partido, do país e do mundo em que nos inserimos – e isso inclui discutir também o Acordo de Lisboa.**

Em segundo lugar, e esta para nós é a razão mais importante para trazermos este tema à conferência de jovens, **o Acordo de Lisboa é um marco na discussão da política de unidade dentro do BE – na nossa opinião, um exemplo pela negativa do que não se deve fazer.**

Quando falamos em construir os jovens do BE nos próximos dois anos, temos de falar das políticas de unidade que teremos na juventude e, por isso, necessariamente com base em que objectivos políticos fazemos essa mesma unidade.

Infelizmente, muitas vezes os camaradas da Moção A começam esta discussão sobre a unidade com a oposição entre moção A/«os unitários» e moção B/«os sectários». Achamos que esta não é a forma correcta de colocar a discussão, pois ela deve começar por: com quem nos dispomos a trabalhar e com quem nos recusamos a trabalhar, com base nos objectivos políticos que estabelecemos.

A moção B clarifica bem o objectivo da sua política de unidade: queremos combater as políticas do governo que privatizam o ensino, fazem milhares de estudantes abandonarem a escola, deixam milhares de jovens no desemprego e outros milhares a trabalhar em situações de precariedade extrema. **Se queremos combater essas políticas e, por consequência, o seu autor, o Governo de Sócrates, temos clareza que não podemos fazer**

qualquer política de unidade com esse mesmo governo, porque isso atrasa (quando não põe em causa) a construção de uma alternativa de luta socialista no país para a juventude e os trabalhadores. Queremos, isso sim, fazer a unidade de acção mais ampla com todos os independentes, militantes do PCP e da esquerda do PS que estejam dispostos a mobilizar-se para combater este governo e as suas políticas. **O combate contra o Governo é a grande delimitação política das nossas unidades – não consideramos que isso seja sectarismo mas sim coerência política.**

O que pelo contrário consideramos uma política de unidade incoerente é dizer que somos «esquerda socialista em alternativa ao governo Sócrates» como afirmava a moção A na Convenção ou que somos a «luta socialista» como a moção A para a Conferência de Jovens e apoiarmos ou sermos omissos no posicionamento na política de unidade com o governo, do qual o Acordo PS-BE em Lisboa é o maior exemplo. Mais, os camaradas escrevem toda uma moção sem que referir que o Governo Sócrates é o autor das políticas que atacam a juventude hoje e sem expressar qualquer posicionamento face a este.

Nesse sentido, achamos que é preciso sim, falar do Acordo de Lisboa, porque este enfraquece-nos como oposição ao Governo que queremos combater, porque é um sinal de confiança no governo que aplica as medidas de diariamente tornam a vida mais difícil aos jovens e trabalhadores deste país, porque é um exemplo do tipo de unidade que nos recusamos a fazer: uma unidade feita nas cúpulas e com o inimigo nº 1 da juventude hoje, o Governo de Sócrates.

O mesmo princípio usámos para a Campanha do Aborto, e ao contrário do que dizem alguns camaradas da moção A, fomos dinamizadores activos desta campanha. De facto, nesta situação, como em outras, trabalhámos na base em conjunto com camaradas de todo o espectro político do país, incluindo o PS. O que sempre criticámos, e continuamos a criticar, é que essa unidade de acção não devia ser feita com o Governo (o que é diferente de trabalhar com militantes do PS nas lutas, em campanhas, etc.) e que, enquanto Bloco na nossa campanha própria, não nos devíamos ter calado na demarcação política face ao governo sobre esta questão: a destruição do Serviço Nacional de Saúde feita pelo Governo Sócrates era e é um obstáculo à concretização prática da realização do aborto no serviço de saúde pública, a única forma de garantir que este seria acessível para todas as mulheres e não apenas para algumas. E neste caso, como no Acordo de Lisboa, a política do BE fez cedências ao Governo. Não consideramos por isso, mais uma vez que esta seja uma política sectária, mas sim uma política coerente.

Nesse sentido, trazemos a esta Conferência clareza de discussão sobre as políticas de unidade propomos. Queremos construir colectivos de jovens estudantes e de jovens trabalhadores baseados numa unidade com todos aqueles que, independentemente da sua cor partidária, se queiram mobilizar contra e derrotar as políticas de privatização do ensino, do desemprego e da precariedade deste governo. **Não queremos unidades com o Governo, queremos unidades amplas nas lutas para o combater!**

Para além da CNJBE: A integração dos jovens nas estruturas do Bloco

CONTRIBUTO DE MOISÉS FERREIRA - MEMBRO DO SECRETARIADO DISTRITAL DO BE AVEIRO, NÉLSON PERALTA - MEMBRO DO SECRETARIADO DISTRITAL DO BE AVEIRO, PEDRO SOARES - MEMBRO DO SECRETARIADO DISTRITAL DO BE AVEIRO, LUÍS SÁ - MEMBRO DA CONCELHIA DO BE SANTA MARIA DA FEIRA, FABIAN FIGUEIREDO - MEMBRO DA CONCELHIA DO BE SANTA MARIA DA FEIRA

Desde o seu nascimento, o Bloco de Esquerda sempre se recusou à criação de uma Jota: estrutura de segmentação etária, que afasta os jovens da discussão política nos órgãos dos partidos, por via da sua segregação num cativoiro onde 'o jovem está entre os seus iguais'. Essas Jotas, são uma espécie de centro de estágio, onde o jovem, mantendo-se na órbita do partido, vai andando por lá, até fazer 30, 31, 32 anos... Depois chega a hora da captação para o escalão sénior... Nem todos serão escolhidos, mas colheita que é colheita não é feita sem desperdício...

Ao recusar uma Jota e tudo o que lhe é endémico, o Bloco está a afirmar, acima de tudo, que a Idade não é uma variável definidora da divisão social. Está a afirmar que a Idade não é uma Classe, e que a segmentação das Idades não é representativa das Classes Sociais.

Ao recusar uma Jota e tudo o que lhe é endémico, o Bloco afirma que quer a participação dos Jovens, sem reservas, dentro do próprio Bloco. Quer que esses mesmos Jovens e todas as experiências pessoais diversas, com as quais se enriquecerão o pensamento, a visão, a actuação, a forma e o conteúdo das políticas do Bloco de Esquerda, participem activamente na vida orgânica de um partido que se quer forte e combativo.

O Bloco não quer uma Jota em rotações umbiguistas e egosintónicas; quer sim, toda essa torrente de Jovens a influenciar, por dentro, o próprio Bloco. Com as suas experiências, preocupações e a sua visão...

Os problemas dos Jovens agudizam-se e são diversificados: hoje, a independência dos mais jovens assalta-se social, estatal e laboralmente. O desemprego entre os jovens é o dobro daquele registado na população geral; o desemprego entre licenciados inflaciona-se de dia para; cerca de 70% dos jovens trabalham com vínculo precário... Os estágios não-remunerados fazem das Universidades viveiros de mão-de-obra gratuita e especializada; a nova lei do Subsídio de Desemprego dificulta a entrada dos jovens nos mecanismos de protecção social; o Governo empurra os jovens para as Empresas de Trabalho Temporário (ETT's), máfias especulativas, que enriquecem com os dividendos retirados aos salários dos trabalhadores, quase sempre jovens...

Mas também as questões da sexualidade ou a sensibilidade ambiental partem das preocupações dos mais Jovens, por processos de evolução de consciência colectiva. São exemplos de como o olho Jovem chega além do horizonte dos temas já cristalizados na Esquerda, e permite o progresso e a inclusão sistemática de novos conteúdos no conteúdo geral da Esquerda combativa, socialista e anti-capitalista.

O Bloco de Esquerda enquanto força jovem na política nacional e europeia é um exemplo do que pretendo ilustrar: a sua inclusão no panorama político permitiu ruptura, progressão e adaptabilidade aos novos tempos; com respostas e políticas que realmente interessam às pessoas, descrystalizando as estereotípias dos velhos partidos.

Os nossos aderentes e camaradas jovens devem trazer para o Bloco os seus problemas e as suas preocupações, as suas novas etapas discursivas e as suas formas de expressão e reivindicação. Isso só se conseguirá permitindo-lhes responsabilidade deliberativa e executiva em todos os órgãos do Bloco: concelhias, distritais, grupos de trabalho, órgãos nacionais, etc.. A integração dos Jovens nestes órgãos permite também a expansão do espectro de assuntos de discussão e a construção de um retrato político mais pormenorizado. É nestes órgãos que é permitido aos jovens e a todos os aderentes discutirem toda a política e todos os assuntos... Não é a Coordenadora Nacional de Jovens o local para o fazer, como alguns defendem.

A Coordenadora Nacional de Jovens do BE (CNJBE) tem o seu espaço como Grupo de Trabalho Sectorial; espaço que deverá circunscrever pelo seu objecto e pelo seu objectivo, sob o risco de, não o fazendo, perder a capacidade de ter iniciativa política e de imprimir mudança no seu espaço social, para a qual está sectorialmente 'destacada'. A CNJBE não é, portanto, uma Jota, nem se substitui a outras estruturas do Bloco, onde é necessária a integração dos Jovens.

O Distrito de Aveiro tem sido exemplificativo deste esforço de integração de jovens nas estruturas do Bloco, proporcionando-se uma expansão na capacidade de intervenção social e de diversificação dos temas e conteúdos de intervenção.

Não basta propor que os Jovens tomem posição sobre os temas da guerra ou do Médio Oriente; não basta propor que os Jovens tomem posição sobre os temas do trabalho, da precariedade e da flexigurança; não basta dizer que a discussão é necessária. É preciso colocar os Jovens em posição para essas discussões. É preciso criar condições para que os Jovens se afirmem como quadros políticos de seu valor... e não depositar na CNJBE o fardo do revisionismo discursivo de se ser Jovem...

Porque a Idade não é uma Classe, e a segmentação das Idades não é representativa das Classes Sociais. Porque o Bloco não quer uma Jota em rotações umbiguistas e egosintónicas; quer sim, toda essa torrente de Jovens a influenciar, por dentro, o próprio Bloco. Para um partido continuamente progressista e jovem.

A esquerda e o combate às opressões sexuais

CONTRIBUTO DE BRUNO MAIA, CATARINA PRÍNCIPE, ÉRICA POSTIÇO E ÂNGELA FERNANDES

A relação entre as lutas LGBT e a esquerda nunca foi fácil. Emergindo como expressão de radicalidade na 2ª metade do séc. XX, gays, lésbicas, bissexuais e transgéneros nem sempre viram na esquerda e nas lutas feministas um parceiro. E nem sempre se identificaram com este campo da política. Mas a ligação desta tríade é indissociável. O combate socialista faz-se em várias frentes e não recusa nenhuma batalha em nome de nenhum sectarismo, prioridade ou estratégia. Hoje sabemos que a derrota do capitalismo só será possível se este for beliscado em todos os mecanismos de opressão que o perpetuam – também na opressão sexual. E é por isso que dizemos que esta esquerda que queremos construir deve conhecer as suas tarefas, saber o que está na base do neoliberalismo, o que acentua os seus mecanismos de exploração, saber, enfim, como se constrói a opressão e a exploração capitalista neste novo século. Enquanto socialistas entendemos que a discriminação LGBT também afecta (e afecta sobretudo) @s trabalhadores/as, @s estudantes, @s precári@s, as mulheres... Este mecanismo opressivo é fundamental na perpetuação de um sistema capitalista e explorador, porque é conservador, porque protege a família tradicional enquanto elemento de controlo social. A libertação sexual não corre por fora da luta anti-capitalista – integra-a e é-lhe indispensável para o seu sucesso.

Em Portugal e até à chegada do Bloco, a esquerda sempre recusou olhar politicamente para este tema. De um lado, o olhar homofóbico e condescendente de um PS colado ora a posições de negação do assunto, ora à religiosidade expressa de alguns dos seus líderes (guterres...). Do outro lado, a homofobia escandalosa de um PCP apostado em proclamar a homossexualidade como produto deformado do capitalismo. E só no final da década de 90 a homossexualidade inicia o seu processo de entrada na vida política, porque ousou entrar na vida pública.

É neste compasso e neste contexto que o Bloco desde sempre assumiu, com maior ou menor visibilidade, a temática LGBT. E não nos enganamos quando afirmamos que é n@s Jovens do Bloco que os direitos sexuais são mais fortes dentro do partido. Desde a participação no movimento, na participação de machas do orgulho ou na realização de dinâmicas nos acampamentos e debates/festas nas distritais, que alguns/mas de nós fomentam n@s Jovens esta relação estreita. Assim queremos continuar: a fazer movimento e a trazer essa experiência para todo o Bloco; a dinamizar no Bloco pensamento nesta área.

Chegados a 2007 assistimos ao combate dos últimos anos que alguns países Europeus e mesmo fora da Europa, encetaram pela conquista da igualdade formal e pela universalização de alguns direitos civis. Cá, continuamos incipientes nesta matéria – o tema do casamento homossexual inicia o seu processo de agitação nas hostes do PS. Mas na esquerda socialista sabemos que a luta contra a discriminação não se resume a matéria jurídica – casamento e adopção são elementos fundamentais de libertação, mas não são exclusivos. A protecção contra a violência lesbogaytransfóbica, o acesso a uma nova lei de identidade de género que supra todas as necessidades da população trans, a luta contra a discriminação no trabalho, na escola, nos meios de comunicação social, no

Sistema Nacional de Saúde, a criação de uma educação sexual não-heteronormativa e por fim a destruição de uma prática de sociedade essencialmente patriarcal são as bandeiras que nos definem enquanto socialistas do séc. XXI.

É na prática do activismo que crescemos e é por isso que enquanto activistas recusamos a proclamação da luta contra a lesbigaytransfobia no papel. Conhecemo o país, conhecemos as condições em que se faz activismo LGBT em Portugal. E é por isso que rejeitamos toda e qualquer corrente de esquerda que subordine a nossa luta a outra qualquer. É por isso que rejeitamos toda e qualquer corrente de esquerda que proclame a luta contra a homofobia nas suas teses, mas depois não lhes dá consequência, não conhece a realidade, tem medo de explorar o que significa ser LGBT.

E é também enquanto activistas LGBT que subscrevemos a moção A, porque sabemos que é nela que estão tod@s aqueles/as que sempre olharam para este tema como fracturante e crucial para o combate socialista. Refutamos as críticas de tod@s aqueles/as que acusam a direcção do Bloco de esquecer este tema, mas na realidade pouco ou nada sabem sobre a questão. Limitam-se a escrever umas linhas de crítica dura aos/às jovens que sempre estiveram no activismo, que organizaram marchas do orgulho nas suas cidades, que dinamizaram acções internacionais pela morte de Gisberta, que se manifestaram em frente ao Ministério da Saúde contra a discriminação na doação de sangue, que conhecem a realidade da prostituição trans em Lisboa e no Porto, que se manifestaram em Viseu contra as agressões a homossexuais. Aceitamos os nossos erros no passado, aceitamos as críticas construtivas às estratégias que vamos definindo, aceitamos o insucesso do grupo LGBT do Bloco no passado e aprendemos com as suas falhas. Mas recusamo-nos a aceitar as críticas de quem nada sabe sobre activismo LGBT em Portugal. É contra esse monolitismo de esquerda, que nos usa como instrumento discursivo, que afirmamos a nossa luta de todos os dias e o nosso empenho na construção d@s <mailto:d@s> jovens do Bloco, pois o combate faz-se na luta e não nas páginas de uma moção.

Arte, activismo e luta pela cultura: Para uma nova cultura de luta

CONTRIBUTO DE JOSÉ SOEIRO

Frequentemente, a "cultura" surge no discurso e na acção política como uma espécie de adorno, flor na lapela para ocasiões especiais. A comunicação política tradicional usa muitas vezes as artes para "enfeitar" a "política séria", esquecendo que a comunicação que usa todos os sentidos, e não apenas o registo retórico e discursivo, reivindica a arte como uma das múltiplas formas de fazer política.

É certo que, como outras linguagens, as artes sofreram um processo de especialização que concentrou a produção nas mãos dos profissionais e que assentou na distinção entre os vários níveis de cultura hierarquicamente estabelecidos – a cultura cultivada para as elites, a cultura de massas (vista à esquerda como alienante) para o povo, a cultura popular como reduto folclórico da identidade local ou nacional. Essas distinções não fazem hoje sentido nenhum. As fronteiras não têm correspondência com a realidade e, além disso, a esquerda deve reinventar os combates pela democracia cultural, rejeitando categorias que só podem constituir entraves. Isso implica simultaneamente lutar pelo acesso à cultura e criar novas culturas de luta.

Relativamente à primeira, a esquerda e os jovens devem lutar contra a mercantilização da cultura e pela assunção de uma responsabilidade colectiva na democratização das artes. Isso significa equipamentos públicos (cinemas, teatros, bibliotecas, estúdios para se gravar maquetas de música, salas de concertos, etc.), mas também políticas culturais de programação e de formação de públicos, de apoio à criação e de difusão alargada das mais variadas expressões artísticas em espaços não convencionais (escolas, ruas, centros sociais,...). Essa foi uma das dimensões do movimento em torno do Rivoli, no Porto: a exigência de uma gestão não regida por critérios de pura rentabilidade, a garantia do acesso a todos os núcleos de criação artística em todas as artes, a garantia da existência de um serviço de formação continuada de públicos. O processo das 79 horas de ocupação do teatro, a solidariedade que se gerou, as mais de 10 mil assinaturas do abaixo-assinado promovido pelo Movimento Juntos no Rivoli, a derrota de Rui Rio nos tribunais são o exemplo da importância destas lutas. Reivindicar a cultura como componente fundamental da nossa vida colectiva passa certamente por exigir ao Estado que assuma responsabilidades no que diz respeito ao serviço público. Mas os activistas culturais nunca ficaram dependentes do Estado para irem fazendo caminho. Nos locais onde moramos e estudamos, vamos dinamizando aquilo que podemos: sessões de cinema e documentário, grupos de teatro, bandas de garagem, concertos, noites de poesia, performances de rua... É esse também o combate por um outro mundo, o activismo a que os jovens do Bloco se devem abrir e que devem desenvolver em espaços privilegiados como as escolas. A contra-cultura passa por combater a hegemonia da produção comercial e reclamar o nosso papel activo na criação e na difusão de conteúdos alternativos. Uma política que muda a vida abre espaços de rebeldia e de libertação no quotidiano: ela celebra o espírito crítico e a beleza da luta, na escola, na rua, no bairro e recusa para a maioria o papel de passivo espectador da realidade.

O apelo de Marx convoca-nos. A desalienação da humanidade não existe sem o combate contra a apropriação privada dos meios de produção material – só isso permite a democracia contra a desigualdade de classe. Mas ele radicaliza-se a todas as esferas. Toda a gente deve, portanto, apropriar-se dos meios de produção simbólica da sua realidade: a palavra, o som, o gesto, a imagem, o movimento, todas as linguagens com que produzimos o mundo e o fazemos existir – é isso a democracia cultural contra o elitismo da cultura "pó-de-arroz".

Devemos pois ser exigentes connosco, sem nos acomodarmos à preguiça das frases feitas, dos slogans do costume e da triste obsessão que só fala para si. A dimensão cultural deve entranhar-se no activismo, não ser mero enfeite, mas parte do seu feitio. O cruzamento entre o protesto radical e a luta performativa faz parte do que vimos fazendo e do que queremos projectar para o futuro. A ocupação do Rivoli, protagonizada por um grupo de actores, encenadores, dramaturgos e espectadores activos abriu o campo de possíveis das formas de luta. Mas ela foi apenas mais um momento de uma luta longa. Quem viveu esse momento – estando lá ou sentindo-o com a força da sua solidariedade – compreenderá decerto o que está em causa. É partilhando as lutas com outros que aprendemos a lutar, lutando. Saindo à rua para nos deixarmos contaminar, festejando a impureza e a diversidade contra o confortável fechamento inactivo. Lutando. Essa é, verdadeiramente, a cultura política que faz a diferença na esquerda.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades... e as “tradições” vão atrás

CONTRIBUTO DE ANA FEIJÃO

A Universidade já foi o espaço de procura de mudança. O conhecimento do passado e as contrariedades do presente já foram os instrumentos suficientes para procurar o “novo”. E a passagem por lá significava, no mínimo, a garantia de uma vida melhor.

Hoje, a Universidade parece “inovadora”. O mercado domina o conhecimento e a procura de “novidades”; e domina o futuro (pouco auspicioso) das pessoas que, no passado, iam construindo a mudança.

Nesta transformação, alteram-se também as sociabilidades: de um espaço de partilha de experiências e saberes para um espaço de «põe-te de joelhos e olha para o chão que eu digo-te onde é a reprografia»; de um espaço de colegas para um espaço de «caloiros» e «doutores»; de um espaço criativo e culturalmente dinâmico para um espaço onde a tuna pretende representar a escola e o gosto musical dos estudantes. A “tradição académica” – nas suas expressões repetidas e repetitivas de “praxes”, nas músicas que dão continuidade a discriminações sexistas e homofóbicas, nos gritos de competição de cursos e faculdades, nas hierarquias inventadas e vazias – é o conformismo derrotado das lutas estudantis dos anos 90, é a aceitação da vida (precária) que está pela frente e na qual se prefere pensar o mais tarde possível.

Os “teóricos” da “tradição” justificam-na por representar a realidade e preparar para ela: a hierarquia de “besta” a “dux” copia a das empresas; as “praxes” são práticas que representam as dificuldades dos inexperientes e ensinam-nos a “respeitar os superiores”; as repetições asseguram que se pense que “sempre assim foi”. Além disto, “a praxe integra”.

De facto, assim é.

É aceitar a hierarquias onde elas não são necessárias nem desejáveis. É aceitar ordens ridículas para se conhecer algumas pessoas (que até se consideram superiores). É aceitar convívios onde as pessoas não se relacionam de igual para igual. É preferir consumir o que já existe em vez de tentar construir outras sociabilidades e outros relacionamentos. É não pensar que se pode mudar e não querer questionar o que está em redor e não querer mudar o que se encontra mal.

Vivemos num momento em que se vão perdendo direitos (pouco a pouco, como a cocacola, «primeiro estranha-se, depois entranha-se»). E considerar “divertidas” e “normais” as formas padronizadas como se vive dentro da Universidade é deixar espaço para a continuação da perda dos direitos que vão restando. Em vez disso, é possível ir preenchendo os vazios dentro das faculdades. Os vazios culturais, políticos e sociais vão-se preenchendo a repensar os convívios, ou a reinventar discussões, ou a recriar aberturas para que as pessoas se possam juntar e construir coisas em conjunto. Porque em conjunto as pessoas não querem subjugar-se nem sentem que é preciso sobrepor-se; e porque em conjunto as regras são feitas e questionadas em conjunto.

Enquanto habitantes de escolas e faculdades, somos responsáveis pela luta que questiona a “tradição académica”; somos responsáveis pela construção de convívios diferentes dos das hierarquias.

E enquanto jovens que fazem política no seu quotidiano, somos responsáveis por procurar partilhar e debater ideias, somos responsáveis por criar abertura para novas ideias, somos responsáveis por juntar pessoas e construir com elas as lutas necessárias para os caminhos da mudança.

O Bloco e os Direitos dos Animais.

CONTRIBUTO DE HUGO EVANGELISTA

Embora não reparemos à primeira vista, a maneira como os animais (que não os humanos) são tratados e usados é determinante na forma como vivemos na nossa sociedade. Seja porque os vamos ver aos circos, porque vestimos partes deles, porque tiramos conclusões científicas sobre o seu funcionamento que aplicamos aos humanos, seja porque são os nossos melhores companheiros ou seja apenas porque ali estão eles à nossa frente, à hora das refeições.

A discussão sobre os direitos dos animais é obviamente polémica, mesmo dentro do Bloco, dado ser um tema que só surgiu de forma significativa em meados dos anos 70 e por pôr em causa fortes relações de exploração que surgiram à milhares de anos com as primeiras domesticações e que foram exarcebadas nos últimos cem anos pelo aparecimento da revolução industrial que permitiu a criação intensiva de animais na indústria alimentar. Mas mesmo que evitemos o tema porque é desconfortável e de certa forma abstracto e filosófico, não podemos fechar os olhos às consequências da visão dos animais apenas como um recurso e como uma propriedade privada que só ao seu dono diz respeito.

Dou-vos dois casos muito concretos. O primeiro, as doenças de gado. A doença das vacas loucas esteve directamente relacionada com práticas de corte de despesas nas rações dando produtos de origem animal a animais que naturalmente nunca os comeriam o que provocou a morte directa de milhões de animais (tirando as por prevenção) e ainda a morte de cerca de 150 pessoas em todo o mundo. A febre aftosa e gripe das aves surgiram das condições de criação massificada, sem qualquer consideração real pelo bem-estar e saúde dos animais, levando ao enfraquecimento dos seus sistemas imunitários, criando condições ideais para a proliferação de vírus. Já para não falar das consequências ambientais da criação intensiva, que devasta os recursos hídricos do nosso país e que é uma das principais causas da emissão de gases com efeito de estufa.

O segundo, o da ausência de uma regulamentação que puna os maus-tratos a animais. A lei não regulamentada existe (n.º92 de 1995) mas nunca foi regulamentada. Isto significa que qualquer pessoa pode espancar e torturar um animal desde que seja seu ou que não tenha dono. Só se causar danos à propriedade privada de outra pessoa é que há problemas com a justiça portuguesa. E casos em Portugal não têm faltado, desde jovens a atirarem cães vadios de varandas até donos que espancam os seus próprios animais, algo que se vai banalizando. O respeito pelos animais não significa que estes devam ter os direitos de votar democraticamente nem de ter acesso ao ensino superior gratuito, mas os direitos de se poderem mover livremente, livres de ambientes que lhes causem medo ou angústia, e os direitos de não sofrerem, serem explorados ou mortos desnecessariamente pelos humanos.

Sinais importantes de abertura aos direitos dos animais já foram dados no Bloco tanto por posições de deputados a nível nacional como a nível europeu, mas falta o debate interno que permita o assumir de posições mais seguras e frequentes em assuntos como a utilização de animais selvagens em circos, a experimentação científica em animais quando existem alternativas cientificamente equivalentes, a massificação da produção de animais para alimentação ou a ausência de regulamentação nos casos de maus-tratos a animais de companhia. O debate sobre direitos dos animais deve ocorrer dentro do Bloco de Esquerda e a nova Coordenadora de Jovens tem a capacidade e a obrigação de promover estes e outros debates.

É neste sentido que se torna essencial por parte da próxima Coordenadora de Jovens que esta dinamize iniciativas que promovam a discussão e formação dos jovens do Bloco mas também que promova essas iniciativas em escolas e universidades, em paralelo com outros temas relevantes aos jovens.

Relatório de actividades

III Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

Relatório de actividades

A III Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda (CNJBE) foi eleita a 10 de Abril de 2005, em Coimbra, na III Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda.

Desde a sua eleição passaram-se cerca de dois anos e meio. Durante este tempo, @s jovens do Bloco estiveram envolvidos em diversas causas e dinamizaram várias campanhas e encontros. Os principais momentos de actividade foram os seguintes:

Julho de 2005 – Acampamento Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

Este acampamento realizou-se em São Gião entre os dias 27 e 31 de Julho. Este reuniu cerca de 250 jovens de todo o país e foi um espaço privilegiado de convívio, formação e discussão política.

Agosto de 2005 – Acampamento da Neolaia Synaspismou, Grécia

Um membro da CNJBE foi representar o Bloco a este acampamento de jovens de esquerda e fez uma apresentação sobre o Bloco e a sua construção.

Outubro de 2005 – Fórum Social Ibérico para a Educação, Córdoba

Estivemos presentes neste evento, participando na primeira reunião que deu origem ao primeiro encontro de estudantes do ensino superior contra Bolonha.

Novembro de 2005 – Campanha para o Ensino Secundário

Foi lançado um panfleto relativo às causas e propostas políticas do Bloco para o ensino secundário que foi distribuído por todo o país.

Janeiro de 2006 – Acampamento de Inverno da ENDYL (European Network of Democratic Young Left), Finlândia

Participámos neste acampamento através da apresentação do Bloco, da intervenção em diferentes debates e da troca de experiências com militantes e activistas de esquerda de vários países da Europa.

Março de 2006 – Assembleia Geral da ENDYL, Turquia

Estivemos presentes nesta AG como observadores. Tivemos a oportunidade de trocar ideias com várias organizações políticas de jovens sobre o futuro da esquerda europeia.

Mai de 2006 – Fórum Social Europeu, Grécia

Estivemos presentes neste evento e um membro da CNJBE interveio num debate sobre o Processo de Bolonha, organizado pela ENDYL.

Agosto de 2006 – Acampamento Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

Este acampamento realizou-se em Lamas de Mouro, Melgaço de 9 a 13 de Agosto. Este reuniu cerca de 200 jovens de todo o país e foi, igualmente, um espaço privilegiado de convívio, formação e discussão política.

Novembro de 2006 – Escola de Formação Política da JEN-PSM (Jovens de Esquerda Nacionalista – Partido Socialista de Maiorca), Maiorca

Participámos nas discussões deste encontro, conhecendo diferentes perspectivas e experiências de activismo.

Novembro de 2006 a Fevereiro de 2007 – Campanha pela despenalização da IVG

@s jovens do Bloco tiveram um papel activo nesta campanha, dinamizando uma campanha própria do Bloco e participando em vários movimentos pelo Sim.

Janeiro de 2007 – Reunião de discussão sobre os jovens do PEE (Partido da Esquerda Europeia), Bélgica

Nesta reunião podemos começar a pensar sobre a dinamização de um grupo de jovens afecto ao PEE e a discutir sobre uma campanha europeia contra a precariedade.

Abril de 2007 – Encontro de Jovens Europeus dinamizado pela JERC (Jovens da Esquerda Republicana da Catalunha), Catalunha

Estivemos presentes neste forum de discussão e partilhamos ideias e experiências de intervenção sobre o ensino superior e o direito à habitação.

Junho de 2007 – RJIES (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior)

As acções contra o RJIES, não tendo sido lançadas pela CNJBE, foram discutidas, no sentido de coordenar as acções d@s vári@s militantes jovens do Bloco e colectivos em que estão inseridos por todo o país.

Julho de 2007 – Campanha para o Ensino Superior

Foi lançado um panfleto sobre os principais problemas que afectam o ensino superior, entre as quais, o Processo de Bolonha, o RJIES e os empréstimos.

Agosto de 2007 – Acampamento da Neolaia Synaspismou, Grécia

Uma representante da CNJBE esteve presente neste acampamento onde apresentou um debate sobre a constituição do Bloco e os seus projectos, e também sobre perspectivas de construção de redes europeias de jovens de esquerda.

Agosto de 2007 – Acampamento Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

Este acampamento realizou-se em São Gião entre os dias 17 e 19 de Agosto. Este reuniu cerca de 150 jovens de todo o país e foi, tal como todos os outros, um espaço privilegiado de convívio, formação e discussão política.

lisboa, 10 de novembro 2007



IV Conferência Nacional

de Jovens do Bloco de Esquerda

CADERNO II
CONTRIBUTOS E REFLEXÕES

